



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

THALITA BARROS FIGUEREDO

**GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: UMA REVISÃO DA PRODUÇÃO DE
CONHECIMENTO NA ÁREA DO SERVIÇO SOCIAL NO PERÍODO 2011/2015**

BRASÍLIA

2016

THALITA BARROS FIGUEREDO

**GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: UMA REVISÃO DA PRODUÇÃO DE
CONHECIMENTO NA ÁREA DO SERVIÇO SOCIAL NO PERÍODO 2011/2015**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social da
Universidade de Brasília, como requisito
parcial para obtenção do grau de Bacharel
em Serviço Social.**

**Orientadora: Profa. Dra. Denise Bomtempo
Birche de Carvalho**

BRASÍLIA

2016

THALITA BARROS FIGUEREDO

**GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: UMA REVISÃO DA PRODUÇÃO DE
CONHECIMENTO NA ÁREA DO SERVIÇO SOCIAL NO PERÍODO 2011/2015**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Serviço Social da Universidade de
Brasília, como requisito parcial para obtenção
do grau de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em 15 de Dezembro de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Denise Bomtempo Birche de Carvalho (UnB)

Orientadora

Profa. Dra. Carolina Cassia Batista Santos (UnB)

Examinadora

Profa. Dra. Lucélia Luiz Pereira (UnB)

Examinadora

Aos meus pais que sempre foram os meus maiores incentivadores.

Ao meu filho, a essência de todo meu amor e motivação para sempre buscar o meu melhor.

A todos que torceram pelo meu sucesso e apoiaram as minhas conquistas.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus que permitiu que eu pudesse chegar onde estou hoje, que meu deus forças acima de tudo para continuar lutando e apesar de todas as dificuldades não me deixou desistir guiando meus caminhos, e sempre mostrando que a minha coragem e persistência eram maiores que todos os problemas que poderiam surgir.

Mãe e Pai, eu nunca conseguirei expressar em palavras o amor e a felicidade que sinto de tê-los presente em minha vida, jamais poderei de fato agradecer à altura todo esforço, cuidado, paciência e ajuda que sempre e sem hesitação dedicaram para o meu sucesso. Os senhores são a minha base, o meu alicerce, nunca me deixaram cair e se um dia enfraqueci vocês estavam ali, para me amparar e mostrar que o caminho embora fosse cheios de pedras, ele deveria ser seguido e que se eu olhasse ao meu lado, eu teria dois anjos que me protegeriam onde quer que eu esteja. Sou eternamente grata por tudo o que fizeram e fazem por mim, meus exemplos de vida, eu amo vocês!

Ao meu filho, Pedro Henrique que mesmo com as minhas falhas, sempre me encorajou dizendo que sou a melhor mãe do mundo. Filho, tudo o que conquistei e que ainda conquistarei será para te proporcionar tudo que a vida tem de mais maravilhoso. Você é quem me faz levantar todos os dias e buscar o melhor, peço a Deus que permita que eu possa ser tudo o que você precisa. Obrigada por existir, você é o melhor de mim!

Agradeço ao meu namorado Jefferson pela longa caminhada que já algum tempo trilhamos juntos, obrigada por me ouvir e estar comigo me dando apoio em muitos momentos difíceis que passei, obrigada por alegrar os meus dias com seu sorriso e com suas mensagens. Vida, toda a sua paciência, seu amor, sua amizade me fizeram ser uma pessoa melhor, você fez o esforço valer a pena.

Aos meus irmãos, por estarem sempre dispostos a me ajudar e mesmo que distante Loira você representa muito em minha vida, já passamos por muitas juntas! Rafael, Loyane e Fernando vocês são além de irmãos, são meus melhores amigos e sei que com vocês nunca estarei sozinha.

Aos meus familiares em especial ao meu avô Otávio que já está ao lado de Deus. Vô, lembrar de sua gargalhada me faz pensar que mesmo que a vida tenha sido dura, sempre teremos do que nos alegrar. À minha avó Maria, que sempre me acolheu e me ajudou com muito carinho e à minha tia Penha que também esteve ao meu lado, não apenas nos momentos bons como também naqueles que mais precisei.

Às minhas melhores amigas para a vida toda, Camila, Carol, Danuza e a minha Best Friend polida, Amanda pela paciência, conversas divertidíssimas, segredos, companheirismo e força que sempre podemos compartilhar umas com as outras. Vocês são os presentes que a UNB me deu e que eu guardo com muito amor no meu coração.

À minha orientadora Denise, que sempre esteve disponível e dedicada para que eu pudesse finalizar esse processo educacional.

A todos os professores e professoras que contribuíram através do conhecimento compartilhado, para que eu viesse a ter condições de analisar de forma crítica, a realidade da sociedade, podendo me tornar uma profissional comprometida com o trabalho que irei desempenhar futuramente.

Enfim, agradeço a todos dentro e fora do campo acadêmico, que fizeram parte da minha vida ao longo desses cinco anos de aprendizado. Amigos que conquistei e pessoas maravilhosas que tive o prazer de conhecer, a todos o meu muito obrigado!

“Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes.”

Paulo Freire

RESUMO

O presente estudo tem como objeto de análise, o fenômeno da “gravidez na adolescência”. Dessa maneira, tem-se por objetivo a análise bibliográfica e exploratória sobre a temática da gravidez na adolescência concentrando-se na área de conhecimento do Serviço Social. Portanto, com a perspectiva de desenvolver o estudo sobre a temática, é que se buscou por produções de conhecimento na área do Serviço Social, visto ser este o campo de interesse investigativo. Dessa forma, foram selecionados artigos e monografias que concentravam o seu conteúdo na discussão sobre a gravidez na adolescência. Considerando o processo metodológico que serviu para subsidiar a pesquisa, foi possível ter acesso a doze monografias e cinco artigos científicos a partir dos descritores Maternidade, Adolescência ou Gravidez na Adolescência, pertencentes à área de conhecimento e produção do Serviço Social e que estivessem dentro do recorte temporal estabelecido para análise e seleção das produções, entre os anos de 2011-2015, totalizando 17 produções. Por meio do exercício da leitura dos documentos selecionados, definiu-se a partir das palavras chaves e categorias iniciais, quais eram as discussões fundamentais que cada documento abordava, assim foi possível ordenar os assuntos correlatos e definir quais seriam os capítulos que integrariam o presente estudo. As categorias finais de análise definidas, com base na temática foco das produções selecionadas, foram: A Relação entre Família e a Gravidez na Adolescência; Impactos da Gravidez na Adolescência: Realidade Social e as Políticas Públicas; Serviço Social e a Gravidez na Adolescência. Em virtude do processo que subsidiou a produção teórica, em relação aos artigos e monografias pesquisados, foi possível identificar a escassez de material empírico sobre a temática da gravidez na adolescência, que produzidos na área de conhecimento do Serviço Social. Dessa forma, despertou-se uma preocupação no que tange a discussão e atenção que é dada pelo Serviço Social sobre o fenômeno, uma vez que vista como expressão da questão social, a gravidez na adolescência se mostra como demanda para o (a) assistente social em diversos espaços sócio-ocupacionais, exigindo do (da) profissional uma postura ética, que seja desprendida de valores morais, e senso comum que por vezes rotula o (a) adolescente como irresponsável, nesse sentido a intervenção sobre o fenômeno deve ser fundamentada na compreensão de toda a realidade social dos (as) adolescentes que vivenciam a maternidade ou paternidade de forma precoce.

Palavras-chaves: Adolescência; Gravidez; Gravidez na Adolescência; Família; Realidade Social; Serviço Social.

LISTA DE SIGLAS

AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (*acquired immunodeficiency syndrome*)
BPC- Benefício de Prestação continuada
CEABM- Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota
CERG- Colégio Estadual Rômulo Galvão
CESAM- Centro Salesiano do Adolescente Trabalhador
CONANDA- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRA- Centro de Referência do Adolescente
CRAS- Centro de Referência da Assistência Social
CSA- Caderneta de Saúde do Adolescente
DATASUS- Departamento de Informática do SUS
DST- Doença Sexualmente Transmissível
ECA-Estatuto da Criança e do Adolescente
HIV - Vírus da Imunodeficiência Humana (*Human Immunodeficiency Virus*)
HU- Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDES/PROMENOR- Irmandade do Divino Espírito Santo/ Associação Promocional do Menor Trabalhador
ISEA- Instituto de Saúde Elpídio de Almeida
LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MS- Ministério da Saúde
NASF- Núcleo de Apoio à Saúde da Família
NUFT – Núcleo de Formação e Trabalho
OMS- Organização Mundial de Saúde
ONU- Organização das Nações Unidas
PACS- Programa de Agentes Comunitários de Saúde
PCN- Parâmetros Curriculares Nacionais
PETI- Programas de Erradicação do Trabalho Infantil
PRAIA- Programa de Atenção Integral ao Adolescente
PROJOVEM- Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PROSAD- Programa de Saúde do Adolescente
PSF- Programa de Saúde da Família

RN- Recém- nascido

SUS- Sistema Único de Saúde

UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância

HRS- Hospital Regional de Sobradinho

TCC- Trabalhos de Conclusão de Curso

CFESS- Conselho Federal de Serviço Social

ABESS- Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social

ABEPSS- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CRESS- Conselhos Regionais de Serviço Social

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1- Quantidade total de artigos científicos, separados por área de conhecimento e no período de 2011-2015.....	19
Tabela 2- Quantidade total de Dissertações de Mestrado, separadas por área de conhecimento e no período de 2011-2015.....	19
Tabela 3- Quantitativo das produções de artigos científicos encontrados nas bases de dados Lilacs, Scielo e Google Acadêmico, e que foram classificadas como pertencentes à área de conhecimento do Serviço Social.....	20
Quadro 1- Produções de TCCs sobre a temática gravidez na adolescência na área de conhecimento do Serviço Social no período entre 2011 – 2015.....	21
Quadro 2- Produções de artigos na área do Serviço Social sobre o tema gravidez na adolescência, recorte temporal entre 2011- 2015.....	22
Quadro 3- Produções de artigos e monografias na área do Serviço Social contendo as Ideias Centrais (finalidade da discussão das produções).....	22-23
Quadro 4- Categorização final de análise para composição dos capítulos a partir das palavras-chaves (norteadoras do assunto) e categorias iniciais.....	24
Quadro 5- Produções de TCCs e artigo sobre a temática, representando a categoria final de análise: A Relação entre Família e a Gravidez na Adolescência.....	40
Quadro 6- Produções de TCCs e artigo sobre a temática, representando a categoria final de análise: Impactos da Gravidez na Adolescência: Realidade Social e as Políticas Públicas.....	49-50
Quadro 7- Produções de TCCs e artigos científicos sobre a temática, representando a categoria final de análise: Serviço Social e a Gravidez na Adolescência.....	74

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
METODOLOGIA DA PESQUISA	16
1.2 MOTIVAÇÕES E INTERESSES PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA SOBRE O TEMA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA	16
1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	18
1.4. ANÁLISE DE DADOS	24
1 GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA - ASPECTOS CONCEITUAIS E DEFINIÇÕES	26
1.1. ADOLESCÊNCIA	26
1.2 GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA	30
2 A RELAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA.....	38
2.1. FAMÍLIA: APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS.....	38
2.2. TODOS ENVOLVIDOS: AS RELAÇÕES FAMILIARES DIANTE DO FENÔMENO	40
3 IMPACTOS DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: REALIDADE SOCIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	49
3.1 GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: COMO É A REALIDADE SOCIAL VIVIDA.....	49
4 SERVIÇO SOCIAL E A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA	69
4.1 SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL	69
4.2 SERVIÇO SOCIAL: ATUAÇÕES SOBRE O FENÔMENO DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA	74
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
REFERÊNCIAS	83

INTRODUÇÃO

Considerando que a adolescência é uma construção social e que a sua definição não é homogênea, é possível compreender que a depender do contexto histórico em que ela se encontra poderá ser vivida de diversas formas, há que se considerar também que o fator socioeconômico e de gênero podem ser determinantes em como o (a) adolescente passará por essa fase. Nesse sentido, não se deve deixar de mencionar que fatores biológicos são também sinais que demarcam esse momento, onde as mudanças corporais e hormonais podem influenciar nos comportamentos que poderão não ser aceitos socialmente.

O debate sobre a sexualidade durante esse período se mostra como uma questão que merece atenção e orientação direcionadas à solução de dúvidas e que atendam a realidade de cada adolescente, sendo importante discutir não somente sobre as doenças sexualmente transmissíveis, como também a gravidez na adolescência.

O fenômeno da gravidez na adolescência é visto como problema de saúde pública e social por diversos autores que produzem sobre a temática, constituindo um importante objeto de estudo. Tais produções evidenciam em maior número as possíveis consequências negativas que a gravidez na adolescência poderá causar na vida de um (uma) adolescente, como o abandono dos estudos, conflitos familiares, problemas de saúde que afetam tanto a mãe quanto o bebê, situações econômicas agravadas e rompimento do ciclo da adolescência para adquirir novas responsabilidades que não são presumidas para essa fase.

Porém, diante do contexto histórico que envolve o tema da gravidez na adolescência precoce, essa por sua vez, nem sempre foi considerada dessa forma, de acordo com Kloster (2012) até o fim do século XX as meninas iniciavam a sua vida sexual cedo, por vezes com homens bem mais velhos e com eles constituíam matrimônio, possivelmente seriam mães antes mesmo de completarem o que consideramos como maior idade.

Diante de um fenômeno vivenciado por sujeitos sociais que se encontram em contextos sociais e econômicos diferenciados, onde fatores externos influenciam diretamente em suas escolhas e modos de vida, é necessário que se compreenda como esse acontecimento incidirá sobre os (as) adolescentes, é necessário identificar de qual contexto socioeconômico se fala quando se indica a maior incidência da gravidez na adolescência precoce em determinada localidade, é preciso averiguar como é a realidade desses (as) adolescentes em uma sociedade pautada na desigualdade social.

Em vista disso, é que se percebe a necessidade da atuação do profissional de Serviço Social, no que tange a sua intervenção sobre o fenômeno da gravidez na adolescência, ser

pautada a partir de uma postura crítica sobre a realidade, verdades absolutas não podem determinar a situação de todos os indivíduos que vivenciam a maternidade ou a paternidade precocemente, assim o (a) assistente social tem por desafio o desenvolvimento de estratégias que consigam abranger as multideterminações que levam a causalidade desse acontecimento, tendo em vista sobretudo a garantia dos direitos dos (as) adolescentes.

Com base nessas questões que envolvem as esferas participantes da vida dos (as) adolescentes em uma situação de gravidez na adolescência precoce, é que se resultam indagações sobre o fenômeno: como de fato as produções de conhecimento abordam essa temática? Como desenvolvem seus estudos? Existe alguma conclusão que define o perfil das mães adolescentes? Quais são as redes de proteção acionadas nesses casos? Como a família recebe essa notícia? Existe mesmo uma diferenciação de tratamento nos casos de maternidade e paternidade? As adolescentes quando engravidam, acabam com suas possibilidades futuras? Como essa questão é tratada em realidades socioeconômicas precárias? A gravidez é sempre indesejada, e presume riscos sociais e de saúde aos adolescentes?

Com a perspectiva de desenvolver uma análise de conteúdo que respondesse a todos esses questionamentos, é que se buscou por produções de conhecimento na área do Serviço Social, visto ser este o campo de interesse investigativo. Dessa forma, foram selecionados artigos e monografias que concentravam o seu conteúdo na discussão sobre a temática da gravidez na adolescência, totalizando 17 produções em um recorte temporal entre 2011- 2015. Portanto, a pesquisa em questão pautou-se pela análise bibliográfica exploratória, de forma qualitativa, que de acordo com Minayo (2009, p. 21) “[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social [...]”.

O objetivo geral proposto nessa monografia é analisar as produções da área de conhecimento do Serviço Social sobre a gravidez na adolescência, com o objetivo de averiguar como as expressões dessa questão social são abordadas pelos autores pesquisados, no período de 2011 a 2015.

Nesse sentido, os objetivos específicos são estabelecidos pela análise do conteúdo de cada documento encontrado; separação por assuntos correlatos a partir da identificação do foco que cada autor optou em dedicar em seu texto e por fim, a categorização em temáticas finais de análise.

Como dito anteriormente, foi possível encontrar 17 produções que atendiam as exigências para compor o presente estudo¹, a partir das categorias finais de análise foram construídos 3 capítulos que se relacionavam com os principais assuntos trabalhados, tanto nas monografias quanto nos artigos científicos, porém um problema foi observado ao longo da coleta de produções tornando cansativo o processo de busca de material suficiente para subsidiar a pesquisa: a escassez de produções do Serviço Social sobre a temática da gravidez na adolescência.

Em vista do ocorrido, percebendo a falta de produção sobre o tema objeto de investigação na área de conhecimento escolhida, a elaboração dessa monografia visa contribuir para o Serviço Social, uma vez que a gravidez na adolescência poderá se mostrar como demanda em diversos espaços sócio-ocupacionais, exigindo do profissional uma postura compromissada no atendimento dos (as) usuários (as) das políticas sociais, bem como intervenções que se mostrem criativas diante da intenção de apreender a realidade do (a) adolescente e intervir sobre ela.

Dessa forma, o presente estudo está dividido em 7 momentos, o primeiro deles se faz a partir da descrição da metodologia utilizada para demonstrar o processo de construção que se deu a busca e análise de conteúdo que serviram de base para a definição dos capítulos descritos no decorrer deste trabalho.

No primeiro capítulo, “Gravidez na Adolescência – Aspectos Conceituais e Definições” buscou-se realizar a apresentação de diversas definições sobre a adolescência a partir das considerações das organizações internacionais, nacionais e da legislação aplicada aqui no Brasil, que determina que o período denominado como adolescência seja definido quando a pessoa está entre 12 e 18 anos de idade². É proposta também a abordagem sobre aspectos históricos que vieram configurar adolescência como uma construção social que poderá se modificar de acordo com os movimentos societários e econômicos.

Integra a este capítulo, a discussão inicial sobre o tema central dessa monografia que é a gravidez na adolescência, também vista como fenômeno construído socialmente, são apresentadas algumas definições de autores sobre a temática em questão, que pontuam as consequências do advento de uma gravidez adolescência precoce nesse período, são evidenciados brevemente, a relação do fenômeno e a família, acesso aos serviços de saúde e educação e debates sobre questões ligadas à sexualidade e gênero. Por fim, é considerado que

¹ As exigências serão evidenciadas na metodologia do presente estudo.

² Definição do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990).

mesmo que os aspectos negativos sejam abordados com mais frequência, a pesquisa traz outras percepções acerca da gravidez na adolescência, caracterizando ser este um fenômeno heterogêneo que pode representar aspectos positivos na vida dos (as) adolescentes que o vivenciam.

No segundo capítulo, é iniciado o processo de análise da revisão bibliográfica encontrada. Será conceituada a historicidade da criação da instituição denominada como família e se dará continuidade com a explanação das relações familiares diante do fenômeno da gravidez na adolescência, destacando os diversos arranjos familiares que se constroem cotidianamente e como essas famílias vivenciam esse acontecimento. Todo esse processo foi baseado na apreensão do foco que os autores direcionaram para os seus estudos, muitos deles construídos a partir de entrevistas que buscavam os relatos tanto dos familiares quanto dos (as) adolescentes sobre a gravidez na adolescência precoce.

O terceiro capítulo também é concretizado devido à revisão da literatura, porém o foco destinado é a realidade social dos (as) adolescentes que vivenciam ou vivenciaram a gravidez na adolescência. É destacada também a responsabilidade que o Estado deveria ter sobre o fenômeno a partir do oferecimento dos serviços e políticas públicas com qualidade e que deveriam ter como prioridade o atendimento das mais variadas necessidades dos (as) adolescentes. Dessa forma se faz também a relação entre família e as políticas que são abrangentes a ela, bem como são abordadas as questões que envolvem saúde, educação, situações de vulnerabilidade diante do fenômeno da gravidez na adolescência que é visto como uma manifestação da questão social.

Finalizando a análise de conteúdo deste estudo, o quarto capítulo é dedicado às produções de conhecimento que associaram, mesmo que minimamente, o Serviço Social à gravidez na adolescência. Inicialmente foi realizada uma contextualização do Serviço Social no Brasil a fim de possibilitar o conhecimento do processo histórico no qual a profissão foi construída e seguiu-se para as abordagens que os autores das bibliografias encontradas, destacaram sobre a relação do (da) profissional de Serviço Social e o fenômeno objeto dessa monografia. Nesse sentido foram informadas algumas atribuições dos (as) assistentes sociais em espaços ocupacionais como na área da saúde e da assistência social, bem como foi evidenciada a importância deste (a) profissional no tocante a preservação dos direitos básicos como a saúde, educação, assistência, chamando-os (as) para intervir sobre o fenômeno da gravidez na adolescência que se mostra com uma das mais variadas expressões da questão social. Deste modo, de acordo com a análise bibliográfica, considera-se que a efetividade de um trabalho de qualidade será alcançada se pautada na interdisciplinaridade das ações, bem

como na articulação necessária das políticas públicas com o intuito de apreender o fenômeno da gravidez na adolescência, em sua totalidade.

Ao final, são apresentadas as Considerações Finais que foram apreendidas sobre a temática em questão, diante da análise do que fora proposto nos trabalhos de conclusão de curso e artigos científicos, seguidamente das Referências Bibliográficas consultadas.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Em vista de demonstrar a produção de conhecimento no campo do Serviço Social e a sua associação com a gravidez na adolescência, será apresentada a motivação para a realização da pesquisa e o percurso metodológico traçado que possibilitou o acesso e análise de conteúdo que serviram de base para a criação desta produção.

1.2 MOTIVAÇÕES E INTERESSES PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA SOBRE O TEMA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

Fui mãe adolescente e depois de algum tempo durante a graduação no curso de Serviço Social, fui percebendo que quando eu vive esse momento não recebi nenhuma atenção governamental, apenas a minha família fazia todo o papel de cuidado e rede de proteção. A escola não tratou do tema abertamente, visto que eu nunca havia participado de uma aula sequer, nem mesmo uma palestra que abordasse a sexualidade, direitos sexuais dos (as) adolescentes e sobre a gravidez na adolescência, e mesmo com uma adolescente grávida, e as reações de espanto que eram compartilhadas por todo o corpo docente ao saber da notícia, a atenção sobre a temática em questão não despertou o interesse dos professores ou da direção da escola em discutir sobre a gravidez na adolescência com os (as) adolescentes, alunos (as) daquela instituição de ensino.

Em consultas do pré-natal no posto de saúde, o fato de ser mãe adolescente também não foi levado em consideração, pois não fui encaminhada a nenhum atendimento especializado, tão pouco participei de grupos ou qualquer iniciativa que partisse da área da saúde, e mais uma vez a minha situação não foi tratada com a devida importância ou com o cuidado presumido diante dessa situação.

Nesse sentido, dúvidas foram surgindo, me perguntava se de fato todas as adolescentes grávidas passavam por essa mesma experiência sem qualquer intervenção Estatal ou atenção de profissionais que estavam envolvidos no seu cotidiano, me questionava também

sobre aquelas adolescentes que vivenciam a maternidade e que se encontravam em uma situação de vulnerabilidade social; como elas encaravam a situação, será que recebiam alguma orientação, participavam de algum programa ou projeto que tivesse como foco a maternidade adolescente?

As indagações ficaram ainda mais frequentes quando realizei o estágio obrigatório no Hospital Regional de Sobradinho (HRS), no núcleo de Serviço Social. As assistentes sociais se dividiam no atendimento dos usuários por alas do hospital, como: maternidade, pediatria, clínica médica e pronto-socorro, as principais intervenções ali percebidas eram primeiramente de busca ativa, iniciada pela verificação da situação social e de saúde de todos os pacientes que davam entrada no hospital, esse acompanhamento era feito por meio do Trakcare, um sistema que comporta todos os dados dos pacientes que são atendidos pela rede pública de saúde do Distrito Federal, no qual o Serviço Social tinha sua pasta específica composta de informações pertinentes à área de atuação³.

A partir da coleta de informações como o nome e telefone, as visitas nos leitos eram basicamente para a realização de entrevistas a fim de perceber situações de vulnerabilidade e violência que pudessem necessitar da intervenção mais aprofundada do Serviço Social e de orientação a respeito do acesso aos benefícios, auxílios e outros serviços de direito dos usuários, porém, no que tange a gravidez na adolescência, objeto de interesse dessa pesquisa, percebia-se que o fato de uma adolescente ter dado entrada na maternidade do HRS, não presumia um atendimento especializado, onde era possível considerar que aquele evento era corriqueiro e não necessitaria um olhar mais aprofundado, salvo, em condições de violência sexual, abandono familiar e a falta de acompanhante. Nesse sentido, a gravidez vivenciada por adolescentes era algo considerado normal e a intervenção se mostrava superficial, caso a adolescente não apresentasse sinais de extrema vulnerabilidade ou de violência.

Dessa forma cheguei um dia a problematizar sobre a existência de ações mais efetivas no trato dessa questão e fui informada que algumas adolescentes eram convidadas a participarem de grupos de planejamento familiar ou de palestras sobre os cuidados com o bebê e orientações sobre o aleitamento materno que aconteciam nos postos de saúde ao qual eram referenciadas. Contudo, aquela não era uma realidade para todas, considerando a minha situação especificamente, onde não tive nenhuma assistente social, por exemplo, propondo algo do tipo ou me orientando sobre os meus direitos.

³ Informações retiradas do diário de campo realizado a partir do estágio no núcleo de Serviço Social no HRS.

Em vista de tudo o que aprendi sobre a prática profissional, a intervenção buscando a compreensão da totalidade que permeia a vida dos indivíduos, o compromisso com a população na qualidade da prestação dos serviços e garantia dos seus direitos, é que me fazem ter a consciência de que é necessário dar visibilidade para a real situação das adolescentes que vivenciam a maternidade, mostrar que a falta de compromisso por parte do Estado no oferecimento de políticas públicas afetam a vida de muitas adolescentes, que a família acaba por ficar sobrecarregada de suas funções uma vez que não pode contar com outras esferas para ter o direito dos (as) adolescentes garantidos e que a gravidez na adolescência, embora o senso comum ou instituições, organizações que tratam sobre a saúde no Brasil e no mundo, defendam a ideia de que esse fenômeno apenas represente aspectos negativos e problemas para a saúde e desenvolvimento das capacidades dos (as) adolescentes, existem situações diferentes, existem aquelas adolescentes que querem engravidar e que isso não é o fim do mundo para elas, tão pouco algo que irá acabar com a sua projeção de futuro, logo a gravidez na adolescência é antes de tudo um fenômeno social, bem como a adolescência.

Por essa razão, é que me dediquei a investigar sobre o fenômeno e como ele se materializa nas produções de conhecimento pertencentes à área do Serviço Social.

1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na busca por sistematizar a temática objeto dessa monografia, primeiramente optou-se por realizar uma pesquisa que seria pautada no levantamento bibliográfico de artigos científicos centrados nas áreas de conhecimento e produção do Serviço Social, Enfermagem, Saúde Coletiva, Psicologia e Pedagogia, visto que em uma breve aproximação sobre as produções que abordavam como foco a gravidez na adolescência, essas áreas se destacavam. Dessa forma com o intuito de comparar o que cada área produzia de acordo com as suas especialidades, foi realizada busca com o descritor “gravidez na adolescência” em um recorte temporal de cinco anos entre 2011 – 2015. De acordo com o material empírico encontrado no site de busca Google, foi possível chegar ao quantitativo de 70 artigos distribuídos nas áreas de conhecimento já mencionadas.

Paralelamente, a esse processo foi realizada uma busca de dissertações de mestrado produzidas nas áreas de conhecimento citadas acima, buscando mais autores e mais discussões sobre o tema. Neste caso, foram encontradas 30 dissertações, também em um recorte temporal de 5 anos entre 2011-2015 e com o mesmo descritor utilizado na procura dos artigos.

As tabelas abaixo demonstram a quantidade de artigos e teses de mestrado encontradas em cada área de conhecimento que seriam analisadas e integrariam os capítulos dessa monografia.

Tabela 1- Quantidade total de artigos científicos, separados por área de conhecimento e no período de 2011-2015

Áreas de Conhecimento	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Serviço Social	1	2	1	-	-	4
Enfermagem	9	10	7	4	4	34
Saúde Coletiva	3	3	7	1	2	16
Psicologia	2	6	2	2	2	14
Pedagogia	1	-	1	-	-	2
Total	16	21	18	7	8	70

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base em artigos encontrados.

Tabela 2- Quantidade total de Dissertações de Mestrado, separadas por área de conhecimento e no período de 2011-2015

Áreas de Conhecimento	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Serviço Social	2	1	-	-	-	3
Enfermagem	3	5	3	1	1	13
Saúde Coletiva	2	1	3	3	1	10
Psicologia	1	1	1	-	1	4
Pedagogia	-	-	-	-	-	-
Total	8	8	7	4	3	30

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nas Dissertações de Mestrado encontradas.

A princípio optou-se por realizar todo o trabalho concentrado nos artigos, pois significava maior número, assim as produções de mestrado foram excluídas nesse processo e foram escolhidas das cinco áreas de conhecimento, duas daquelas que tinham a maior produção, a Enfermagem e a Saúde coletiva, entretanto o Serviço Social não foi desconsiderado, visto o interesse em analisar a própria produção da área de conhecimento na qual está se graduando.

Contudo, o número de produções do Serviço Social sobre a gravidez na adolescência se mostrou insuficiente se comparado aos das outras áreas de conhecimento escolhidas para

compor cada capítulo dessa monografia, ficando desproporcional e impossibilitando a realização de uma análise bem fundamentada da temática, no campo escolhido.

Em virtude disso, abandonou-se a ideia de comparar o quantitativo de produções nas áreas estabelecidas, bem como a análise sobre o entendimento central que cada uma atribuía ao fenômeno da gravidez na adolescência. Dessa forma retornou-se ao processo de coleta de material até que se obtivesse um número considerável de artigos no campo do Serviço Social.

Novamente a exaustiva análise bibliográfica foi reiniciada a partir da revisão de materiais nas bases de periódicos, Lilacs, Scielo e Google Acadêmico, foram selecionados artigos que compusessem em seus descritores as palavras: Maternidade, Adolescência ou Gravidez na Adolescência, porém foi constatado mais uma vez, que a produção ainda era escassa. Foram encontrados de fato apenas 5 artigos científicos na temporalidade da pesquisa e nas bases de dados, 3 deles eram os mesmos encontrados anteriormente como demonstrado na tabela 1, um artigo foi excluído, pois não pertencia aos critérios pré estabelecidos e apenas 2 novos artigos foram adicionados aos anteriores .

A tabela abaixo demonstra como as produções do Serviço Social não representavam material suficiente para que a análise de dados fosse concentrada nos artigos encontrados.

Tabela 3- Quantitativo das produções de artigos científicos encontrados nas bases de dados Lilacs, Scielo e Google Acadêmico, e que foram classificadas como pertencentes à área de conhecimento do Serviço Social

Base de Dados	Área de Conhecimento Serviço Social					Total
	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Lilacs	-	-	-	-	-	-
Scielo	-	1	1	-	-	2
Google Acadêmico	-	1	-	-	2	3
Total	-	2	1	-	2	5

Fonte: Tabela elaborada pela autora com base nos artigos encontrados nas bases de dados Lilacs, Scielo e Google Acadêmico, pertencentes à área de conhecimento do Serviço Social.

Os esforços continuaram e decidiu-se que de fato seriam utilizados os artigos encontrados, mas para que fosse possível realizar a revisão da literatura de forma ampla e abrangente, considerou-se então introduzir à pesquisa, Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC).

O recorte temporal continuou compreendendo a investigação de produções em cinco anos entre 2011 a 2015, o descritor utilizado foi “tcc gravidez na adolescência Serviço Social” e “monografia gravidez na adolescência Serviço Social” e a base para a pesquisa concentrou-

se na ferramenta de pesquisa Google. Dessa forma foi possível ter acesso a doze TCCs que foram analisados em conjunto aos cinco artigos encontrados anteriormente e assim obteve-se material empírico para que fosse possível subsidiar a pesquisa sobre o tema em questão.

Os quadros abaixo demonstram o material encontrado, sendo separados por Trabalhos de Conclusão de Curso no primeiro quadro e artigos no segundo.

Quadro 1 - Produções de TCCs sobre a temática gravidez na adolescência na área de conhecimento do Serviço Social no período entre 2011 – 2015

	Título	Universidade	Ano	Autor
1.	Gravidez na Adolescência: reflexo da falta de orientação? Um debate acerca das informações prestadas	Universidade Federal de Santa Catarina- Centro Sócio Econômico Departamento de Serviço Social	2011	Andressa Dalila Gonzaga
2.	Gravidez na Adolescência: a relação entre Maternidade e Paternidade frente à questão	Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo	2011	Gabriela Ferreira Moraes e Mayara Varejão Ferreira
3.	Gravidez na Adolescência e a Estrutura Familiar	Universidade Norte do Paraná – UNOPAR	2011	Vanúcia Schumacher
4.	Os significados da gravidez para as adolescentes atendidas no centro de referência do adolescente em Macaé- RJ	Universidade Federal Fluminense- UFF	2011	Natália Maria Fonseca Araújo
5.	Gravidez na Adolescência: um estudo com as mães puérperas do Instituto de Saúde Elpídio de Almeida (ISEA)	Universidade Estadual da Paraíba – UEPB	2011	Tâmara de Oliveira Silva
6.	Gravidez na Adolescência: um estudo sobre as jovens mães atendidas no Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago	Universidade Federal de Santa Catarina	2012	Fabiula Renilda Bernardo
7.	Gravidez e Maternidade na Adolescência: um estudo com adolescentes Grávidas no Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF) de Queimadas – PB.	Universidade Estadual da Paraíba-UEPB	2012	Euristânia Trajano Teófilo de Lima
8.	Gravidez na Adolescência: o caso de adolescente no centro de saúde da família Anastácio Magalhães – CE	Faculdade Cearense-FAC	2013	Márcia Andrade dos Santos
9.	E agora grávida? Percepções Familiares sobre Gravidez na Adolescência: uma análise realizada com familiares de adolescentes grávidas do Distrito de Missi -Irauçuba –CE	Faculdade Cearense-FAC	2013	Lygia Negreiros Barbosa
10.	QUE ELA CRESÇA E APAREÇA! Gênero, corpo, poder e gravidez desejada entre as adolescentes do Colégio Estadual Rômulo Galvão, São Félix – BA (2012-2013).	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	2014	Jussiana Silva dos Santos Reboças
11.	Gravidez e Maternidade na Adolescência: relatos das adolescentes atendidas no CEABM	Faculdade Cearense-FAC	2014	Edmar Jacó Bezerra Júnior
12.	Gravidez na Adolescência: um estudo realizado a partir de atendimentos no Centro de Saúde nº 11- da cidade de Ceilândia- DF	Universidade Católica de Brasília	2014	Maria Rejane da Silva Sousa

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da revisão bibliográfica sobre a temática gravidez na adolescência.

Quadro 2- Produções de artigos na área do Serviço Social sobre o tema gravidez na adolescência, recorte temporal entre 2011- 2015

	Título	Periódico	Ano	Autor
1.	A realidade social de mães adolescentes assistidas pelo Centro de Referência da Assistência Social- CRAS Monteiro Lagarto–SE.	Revista Eletrônica da Faculdade José Augusto Vieira	2012	Deise Thainá Costa da Silva e Soane Maria Santos Menezes Trindade Silva
2.	Itinerários e métodos do aborto ilegal em cinco capitais brasileiras	Ciência & Saúde Coletiva	2012	Debora Diniz e Marcelo Medeiros
3.	Gravidez na Adolescência e o Serviço Social	Revista Saber Acadêmico	2013	Ediléia Paula dos Santos Squizzato
4.	Gravidez na Adolescência: realidade e repercussões sobre atividade sexual	INTESA – Informativo Técnico do Semiárido do Nordeste (Pombal-PB)	2015	Jaline Melo Oliveira, Janine Patrícia Melo Oliveira, Saulo Soares da Silva, Sabrina Soares da Silva, Patrício Borges Maracajá
5.	Gravidez na adolescência: uma consequência social	Revista Brasileira de Educação e Saúde	2015	Raquel Renato de Souza Torres e Aluísio César Barbosa dos Santos

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da revisão bibliográfica sobre a temática gravidez na adolescência.

O quadro abaixo demonstra o material encontrado, apresentando os títulos, os autores e as ideias centrais de cada produção, dessa forma busca-se elucidar a ideia central de cada autor associando ao processo que serviu para subsidiar a categorização final de análise da bibliografia encontrada.

Quadro 3- Produções de artigos e monografias na área do Serviço Social contendo as Ideias Centrais (finalidade da discussão das produções)

(continua)

	Título	Ideias Centrais (finalidade da discussão das produções)	Autor
1.	Gravidez na Adolescência: reflexo da falta de orientação? Um debate acerca das informações prestadas	Fatores econômicos e a gravidez na adolescência, iniciativa ao debate nas escolas, atuação profissional com vista à realidade social das (dos) adolescentes que vivenciam a gravidez.	Andressa Dalila Gonzaga
2.	Gravidez na Adolescência: a relação entre Maternidade e Paternidade frente à questão	Destaque para a comunicação entre pais, mães e filhos.	Gabriela Ferreira Moraes e Mayara Varejão Ferreira
3.	Gravidez na Adolescência e a Estrutura Familiar	Foco nas relações familiares e sua importância no desenvolvimento da criança e do (a) adolescente.	Vanúcia Schumacher
4.	Os significados da gravidez para as adolescentes atendidas no centro de referência do adolescente em Macaé- RJ	Fator econômico, organização familiar, questão social e destaque para a conotação negativa da gravidez na adolescência.	Natália Maria Fonseca Araújo
5.	Gravidez na Adolescência: um estudo com as mães puérperas do Instituto de Saúde Elpídio de Almeida (ISEA)	Atenção à saúde das adolescentes que engravidam, métodos contraceptivos e destaque para atenção Estatal frente ao fenômeno.	Tâmara de Oliveira Silva
6.	Gravidez na Adolescência: um estudo sobre as jovens mães atendidas no Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago	Possíveis motivos das complicações gestacionais das adolescentes, saúde pública, significados da gravidez na adolescência, conscientização, educação e questão social.	Fabiula Renilda Bernardo

(conclusão)

	Título	Ideias Centrais (finalidade da discussão das produções)	Autor
7.	Gravidez e Maternidade na Adolescência: um estudo com adolescentes Grávidas no Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF) de Queimadas – PB.	Precariedade dos serviços públicos, vulnerabilidade social, atenção multidisciplinar no trato de questões voltadas à gravidez na adolescência.	Euristânia Trajano Teófilo de Lima
8.	Gravidez na Adolescência: o caso de adolescente no centro de saúde da família Anastácio Magalhães – CE	Diferença entre maternidade e gravidez, impactos sociais da gravidez na adolescência, direitos dos (das) adolescentes, fenômeno como desafio para as políticas públicas.	Márcia Andrade dos Santos
9.	E agora grávida? Percepções Familiares sobre Gravidez na Adolescência: uma análise realizada com familiares de adolescentes grávidas do Distrito de Missi -Irauçuba –CE	Diversos arranjos familiares, redes de apoio e proteção e debate sobre iniciação sexual.	Lygia Negreiros Barbosa
10.	QUE ELA CRESÇA E APAREÇA! Gênero, corpo, poder e gravidez desejada entre as adolescentes do Colégio Estadual Rômulo Galvão, São Félix – BA (2012-2013).	Motivos para a gravidez na adolescência ser vista como indesejada, a gravidez pode ser desejada, políticas públicas pensadas em diversas significações do fenômeno da gravidez na adolescência.	Jussiana Silva dos Santos Rebouças
11.	Gravidez e Maternidade na Adolescência: relatos das adolescentes atendidas no CEABM	Multicausalidade da gravidez na adolescência, instituição responsáveis pelas crianças e adolescentes, e sentimento familiar diante da gravidez na adolescência.	Edmar Jacó Bezerra Júnior
12.	Gravidez na Adolescência: um estudo realizado a partir de atendimentos no Centro de Saúde nº 11- da cidade de Ceilândia- DF	Visão negativa da gravidez na adolescência, falta de diálogo familiar e acesso à informação.	Maria Rejane da Silva Sousa
13.	A realidade social de mães adolescentes assistidas pelo Centro de Referência da Assistência Social- CRAS Monteiro Lagarto–SE.	Direitos dos (das) adolescentes, rede de proteção Estatal, inclusão social e questão social.	Deise Thainá Costa da Silva e Soane Maria Santos Menezes Trindade Silva
14.	Itinerários e métodos do aborto ilegal em cinco capitais brasileiras	Aborto, adolescência, gravidez indesejada, baixa escolaridade e vulnerabilidade social.	Debora Diniz e Marcelo Medeiros
15.	Gravidez na Adolescência e o Serviço Social	Escolhas e a maternidade adolescente, possíveis implicações negativas diante do fenômeno.	Ediléia Paula dos Santos Squizzato
16.	Gravidez na Adolescência: realidade e repercussões sobre atividade sexual	Debate sobre sexualidade, causas e consequências possíveis de uma gravidez na adolescência e participação familiar.	Jaline Melo Oliveira, Janine Patrícia Melo Oliveira, Saulo Soares da Silva, Sabrina Soares da Silva, Patrício Borges Maracajá
17.	Gravidez na adolescência: uma consequência social	Destaque para o papel da educação, defesa do acesso à informação, debate sobre sexo, sexualidade e conscientização.	Raquel Renato de Souza Torres e Aluísio César Barbosa dos Santos

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base na análise de conteúdo de artigos científicos e monografias.

Diante da pesquisa realizada sobre a temática e posterior análise das produções a partir da leitura dos documentos encontrados, foi possível classificar cada monografia e artigo como pertencente a 3 principais categorias de acordo com direcionamento dado ao texto. Assim, o quadro abaixo demonstra as palavras-chaves dos documentos que possibilitam o entendimento sobre a principal abordagem do conteúdo, seguida das categorias iniciais de análise e posterior definição em 3 categorias finais que irão compor os capítulos do presente estudo: A Relação entre Família e a Gravidez na Adolescência; Impactos da Gravidez na Adolescência: Realidade Social e as Políticas Públicas; Serviço Social e a Gravidez na Adolescência.

Quadro 4- Categorização final de análise para composição dos capítulos a partir das palavras- chaves (norteadoras do assunto) e categorias iniciais

Palavras- chaves (norteadoras do assunto)	Categorias Iniciais para Análise (eixos centrais das bibliografias)	Categoria Final de Análise
Gravidez Adolescência, Estrutura Familiar, Serviço Social, Família, Adolescência, Gravidez, Significados, CRA, Capitalismo, Desigualdades, Sexualidade, assistente social, Gravidez/Maternidade, Implicações, Condições Sociais, Gênero, Questão Social, Desejo, Políticas Públicas, Aborto induzido, Misoprostol, Cytotec, Saúde reprodutiva, Liberação sexual, Maternidade, Processos Psicológicos, Consequências sociais, Direitos Sociais, Mães adolescentes.	Gravidez na Adolescência	A Relação entre Família e a Gravidez na Adolescência
	Adolescência	
	Gravidez na Adolescência e Serviço Social	Impactos da Gravidez na Adolescência:
	Políticas Públicas	Realidade Social e as Políticas Públicas
	Relações Familiares	Serviço Social e a Gravidez na Adolescência

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base na análise de conteúdo de artigos científicos e monografias.

1.4. ANÁLISE DE DADOS

De acordo com o processo de análise das produções sobre a temática da gravidez na adolescência concentradas na área de conhecimento do Serviço Social, constatou-se que dentre os cinco anos pesquisados, entre 2011-2015, foram encontradas 12 monografias e 5 artigos científicos, dessa maneira iniciou-se o processo de categorização dos assuntos que foram abordados nos estudos. O material empírico foi distribuído entre as 3 temáticas centrais que consideradas foco principal, tanto das monografias, quanto dos artigos que serviram de base para a construção dos capítulos seguintes.

Portanto, como demonstrado anteriormente no quadro 3, as categorias finais de análise são: A Relação entre Família e a Gravidez na Adolescência; Impactos da Gravidez na Adolescência: Realidade Social e as Políticas Públicas; Serviço Social e a Gravidez na Adolescência.

Dessa forma, foram selecionadas 5 produções entre TCCs e artigos científicos, que tinham como foco a relação entre família e gravidez na adolescência, viabilizando a construção do segundo capítulo do presente estudo, intitulado “A Relação entre Família e a Gravidez na Adolescência”.

Para o terceiro capítulo, “Impactos da Gravidez na Adolescência: Realidade Social e as Políticas Públicas”, as 12 produções selecionadas são distintas das que fundamentaram o capítulo anterior, essas por sua vez, concentram na discussão principal, a associação entre a temática da gravidez na adolescência com a realidade social vivida pelos (as) adolescentes.

Por fim, foi possível também realizar uma análise do que fora produzido sobre o fenômeno relacionando-o com o Serviço Social, desse modo, nove documentos foram selecionados para subsidiar a materialização do último capítulo dessa monografia: “Serviço Social e a Gravidez na Adolescência”.

1 GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA - ASPECTOS CONCEITUAIS E DEFINIÇÕES

O presente capítulo busca expor o conceito sobre o fenômeno denominado “adolescência”, evidenciando que ele se apresenta mutável a depender da ótica em que é analisado, podendo ser definido cronologicamente ou por meio de teorias das áreas de conhecimento que o concentram como objeto de estudo. São apresentados alguns eventos ditos característicos deste período, destaca-se também o fenômeno da gravidez na adolescência e a sua relação com a educação, saúde, família, sexualidade e gênero.

1.1. ADOLESCÊNCIA

Ao conceituar o que é adolescência busca-se a sua definição primeiramente como palavra. Tem origem no latim que significa ad= “para” e olescere= “crescer”, portanto, “crescer para”⁴. A depender da fixação cronológica é possível considerar algumas delimitações divergentes, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a adolescência acontece entre 10 e 19 anos, em considerações oferecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) esta ficará caracterizada pelas idades entre 15 e 24 anos (EISENSTEIN, 2005). Especificamente no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, define-se como adolescente a pessoa com idades entre 12 e 18 anos.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estima-se que no Brasil no ano de 2016 existam aproximadamente, 206.074.936 de brasileiros e destes 4,10% são mulheres e 4,23% são homens com idades entre 15 e 19 anos.

De acordo com as considerações de Becker (2003) o período denominado como adolescência será definido de acordo com as variadas teorias que o estudam, poderá ser também por fatores econômicos, culturais e sociais. Em uma das abordagens sobre a terminologia, a adolescência é o momento no qual são identificados conflitos familiares e mudanças que ocorrem no corpo, ela poderá ser vivida de forma gradativa com o advento de direitos e deveres, não configurando em conflitos. O autor ainda afirma que este fenômeno em uma sociedade ocidental como a nossa, a classe tem um peso ainda maior na determinação e duração da adolescência, “uma criança pobre, por exemplo, será empurrada para a vida adulta

⁴SIGNIFICADOS, Significado de Adolescência. 2011-2016 Disponível em: <<http://www.significados.com.br/adolescencia/>>. Acesso em 20 de Junho de 2016.

muito mais precoce e abruptamente do que um jovem de uma classe mais privilegiada, que pode prolongar sua adolescência indefinidamente” (BECKER, 2003, p.13).

Bock (2007) aponta o cenário econômico da revolução industrial⁵ no século XVIII e XIX, caracterizada pelas inovações tecnológicas e a modernização no mundo do trabalho⁶ a qual empurrava os trabalhadores dos antigos feudos para a venda de sua força de trabalho nas fábricas, nesse sentido, como um dos fatores para o surgimento da adolescência, o jovem para conseguir trabalho neste momento, necessitou afastar-se de suas funções laborais e passar por um período prolongado de formação escolar.

Já no século XX, de acordo com Paiva (2012), a conceituação de adolescência ganha papel de destaque, porém esta sofre mudanças em áreas da psicologia, antropologia, biologia e sociais. O autor ao citar Ariés (1981), referencia-se que em cada época indica-se uma idade “favorita”, para o século em questão a adolescência é a referida, tal como a infância fora para o século XIX e a juventude para o século XVII.

A figura do adolescente desempenhou papel de destaque no século XX, mormente porque os atributos tidos como elementares dos adolescentes são em regra identificados com as aspirações e anseios da sociedade, fazendo dele um verdadeiro herói da pós-modernidade. (PAIVA, 2012, p.3)

De acordo com Bock, Furtado e Teixeira (1999, p. 291):

[...] a adolescência é uma fase típica do desenvolvimento do jovem de nossa sociedade. Isso porque uma sociedade evoluída tecnicamente, isto é, industrializada, exige um período para que o jovem adquira os conhecimentos necessários para dela participar.

Partindo de premissas das áreas da psicologia e da psicanálise é um erro definir esse momento exato em que se configura a adolescência, sendo que este é também caracterizado

⁵ Com a crise e queda do antigo modo de produção, o feudalismo, o capitalismo adentra a economia não somente para a produção de excedentes, mas também na geração do lucro sobre a venda do produto que fora produzido por meio da exploração da força produtiva. Dessa forma, compreende o momento pelo qual necessitou uma abordagem sobre a questão do trabalho, a revolução industrial configurou na evolução dos mecanismos de produção em maquinários e grandes imigrações das populações que viviam nos feudos para trabalharem nas grandes indústrias, elas necessitavam da mão de obra que se formava em larga escala (NETTO; BRAZ, 2006).

⁶ Segundo Lessa (1999), o homem ao transformar a natureza ele também se transforma, esse processo de ação sobre o ambiente ao planejar e idealizar suas ações, ele também se modifica e adquire novos conhecimentos e novas necessidades, dessa forma realiza o trabalho. Barroco (2001) compreende o trabalho, também como meio de interação de indivíduos e construção cultural que se dá por meio da linguagem, dos costumes e representações.

como uma construção social e cultural em que o indivíduo passa por diversos conflitos de tensão, um momento “difícil” acrescido por pressões exercidas pela sociedade para um aparente amadurecimento (BOCK, 2007).

No que se refere à adolescência como construção social, este momento poderá ser vivido de várias maneiras, a começar por sua distinção entre meninos e meninas, fatores biológicos, meio social em que estejam inseridos, questões econômicas e sociais.

Segundo Squizzato (2013, p.15):

Nesse processo de desenvolvimento, são estabelecidos aos adolescentes, normas, valores e comportamentos arraigados na sociedade e que são considerados adequados ao meio social a fim construam sua personalidade pautados nestes e, portanto, ao se tornar adulto não venha violar a ordem social vigente.

A adolescência é, portanto, um fenômeno multifacetado, pode manifestar-se em uma idade mais precoce do que é considerado na legislação e nas organizações, internacionais e nacionais. Isto porque a transição da infância à vida adulta é um momento marcado por grandes mudanças físicas e emocionais⁷, o (a) adolescente passa por diversas descobertas e busca a construção de uma identidade dada ao envolvimento com o meio social, familiar e de amigos (TEDESCO; ZUGAIDE; QUAYLE, 1997 apud SILVA; LOPES; DINIZ, 2008).

Assemelha-se a essa definição as considerações de Erikson (1976), que coloca o período adolescente como um momento em que é formada uma identidade, e que se caracteriza pela incerteza do papel que poderá ser desempenhado como adulto somado à maturidade sexual, as perspectivas e olhares de terceiros sobre eles mesmos. O autor ainda destaca a importância da adolescência ligada diretamente à construção e as modificações sociais:

A adolescência é, pois um regenerador vital no processo de evolução social, pois a juventude pode oferecer suas lealdades energias tanto à conservação daquilo que continua achando verdadeiro como à correção revolucionária do que perdeu o seu significado regenerador (ERIKSON, 1976, p. 134).

De acordo com os autores, a adolescência é uma construção da realidade em vivências e experiências que podem ser individuais ou coletivas, acrescidas ao momento de maturação e ao período pelo qual não somente se identifica a transição da infância para a idade adulta, como também a interação com meio social em que cada indivíduo está inserido.

⁷UNICEF. Situação mundial da infância 2011: Adolescência: uma fase de oportunidades. 2011. Disponível em:<http://www.unicef.org/brazil/pt/br_sowcr11web.pdf>. Acesso em: Junho de 2016.

Apresentada as definições desse período secular, observa-se não haver uma categoria universal sobre a determinação da adolescência.

Em termos de faixa etária, existem controvérsias sobre os limites que definem adolescência. Por ser processo evolutivo biopsicossocial, que assume aspectos diferentes de acordo com as várias culturas, há dificuldades no estabelecimento de conceito único, amplo e universal para caracterizá-la (MAGALHÃES, 2009, p. 16).

Autores que discorrem sobre o que é adolescência e as suas características, ainda expõe outro acontecimento ímpar neste período, que é: a puberdade.

De acordo com Magalhães (2009) a terminologia referente à puberdade é caracterizada pelas mudanças físicas que englobam tanto a maturação sexual como o crescimento esquelético, e que podem ocorrer em faixas etárias que vão dos 10 aos 14 anos de idade.

Becker (2003) também aborda a questão da puberdade explicando cientificamente o seu desenvolvimento primeiramente no cérebro seguidamente para os órgãos de reprodução como os ovários e testículos. O autor aponta algumas definições já mencionadas como o crescimento acelerado dos ossos e as transformações corporais como a ampliação do quadril em relação às mulheres e os ombros para os homens, as características sexuais tais como o aumento de seios e testículo, o aparecimento de pelos e a primeira menstruação. “É o período da vida em que o indivíduo se torna apto para a procriação, isto é, adquirir capacidade física de exercer a função sexual madura” (BECKER, 2003, p.18).

De acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), sabe-se também que a puberdade, entendida aqui como o desencadeamento de mudanças hormonais que marcam o início da adolescência, não a determinam de forma definitiva, pois a idade aproximada para a menstruação de meninas acontece aos 12 anos de idade em média, já a primeira ejaculação dos meninos ocorre em geral aos 13 anos.

Contudo, denota-se que cada vez mais cedo meninos e meninas estão passando por essas mudanças antes mesmo de serem considerados adolescentes, seja pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, quer seja pela Organização Mundial de Saúde. Dessa forma, estão sujeitos à puberdade mesmo que não estejam em determinada idade definidora da adolescência, pois esta é evidenciada também de acordo com a cultura, a sociedade, fatores econômicos e todas as esferas que permeiam a vida daquele que esteja vivendo a adolescência.

1.2 GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

Dado o processo da adolescência ser representado pelas mudanças, principalmente corporais, meninos e meninas estão sujeitos à curiosidade sobre todos os elementos que são pertencentes ao seu desenvolvimento. De acordo com Bock (2007, p. 75):

O que nossos jovens estão fazendo, como estão se comportando deve ser compreendido como fruto das relações sociais, das condições de vida, dos valores sociais presentes na cultura, portanto, como responsabilidade de todos que fazem parte de um conjunto social. Pais, professores, profissionais e adultos em geral devem ser alertados para a responsabilidade que possuem na formação e na construção social de nossa juventude. Não se deve pedir a eles apenas tolerância.

O acesso à informação é, sobretudo, um dos meios disponibilizados aos adolescentes, que estão no processo de indagação e descoberta sobre assuntos da vida social e privativa, visando proporcionar o conhecimento sobre as etapas de desenvolvimento inclusive da própria sexualidade.

O termo sexualidade designa: a condição de ter sexo, de ser sexuado. Assim, a condição da sexualidade humana é inevitável, inexorável e irremovível. Em nenhum momento de sua existência a pessoa encontra-se isenta de sexualidade. Desde o nascimento, a criança-fêmea e a criança-macho passam a receber influências socioculturais através da família (ou instituição que a substitua), ampliando o conceito de sexualidade para o chamado sexo da criação. Assim, passam a existir “meninas” e “meninos” onde havia “fêmeas” e “machos” respectivamente (RIBEIRO, 1993 apud SILVA; SILVA. M; ALVES, 2004).

Para as autoras, Roberta Leite Maia Monteiro e Denise Leite Maia Monteiro (2005) a sexualidade se configura além do sexo, é algo ligado ao afeto associada às relações que podem ser estabelecidas com o outro e consigo podendo também ser resultante de sensações que levam ao prazer.

A necessidade do toque, do abraço e do gesto de carinho, que na infância é suprida pelos pais, é transferida na adolescência para o grupo de convívio social, de onde, na maioria das vezes, surge alguém que desperta sentimentos nunca antes experimentados. É a época da descoberta dos sonhos sexuais, dos desejos e excitações, que levam à masturbação e à iniciação sexual. Essa forma de exprimir a sexualidade vai se juntar às experiências adquiridas anteriormente, formando a sexualidade adulta. (MONTEIRO, R. L. M; MONTEIRO, D. L. M, 2005, p.17)

Santos (2010, p. 2) utiliza a definição da Organização Mundial de Saúde (OMS) para descrição de sexualidade:

A sexualidade humana forma parte integral da personalidade de cada um. É uma necessidade básica e um aspecto do ser humano que não pode ser separado de, outros aspectos da vida. A sexualidade não é sinônimo de coito e não se limita à presença ou não do orgasmo. Sexualidade é muito mais do que isso. É energia que motiva encontrar o amor, contato e intimidade, e se expressa na forma de sentir, nos movimentos das pessoas e como estas tocam e são tocadas.

Embora a abordagem temática sobre a sexualidade nas escolas tenha sua reflexão sugerida pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), de acordo com Macilene Severina da Silva, Marcelo Rodrigues da Silva e Maria de Fátima Paz Alves (2004, p. 3) “A sexualidade tem sido abordada, por vezes, de uma forma insuficiente e simplista, disseminando uma concepção antiga que a articula com reprodução, referindo-se ao contato entre os dois órgãos genitais e à penetração do pênis na vagina, restringido-a assim ao coito”.

De acordo com Villela e Doreto (2006), a questão da sexualidade para meninas e meninos é reproduzida de maneira diferente, para as moças impõe-se que a abordagem sobre sexo seja na esfera mais recatada e sobre a valorização da virgindade, já para os rapazes o assunto não é tratado com muito pudor e isso pode resultar na falta de diálogo que sanaria possíveis dúvidas, e formulações de estratégias em vista de novas experiências vivenciadas por esses jovens.

[...] o adolescente se percebe em meio a uma discussão desigual de gênero e sexualidade, em primeiro exige uma postura forte e decidida aos meninos, e fragilidade e submissão às meninas; e a segunda “conduz” este menino a ter relações sexuais o quanto antes, e vela a castidade feminina (SOUZA, 2007, p. 33).

Dessa forma denota-se a incompatibilidade de ensinamentos que são dados aos adolescentes de diferentes sexos. Para Souza (2007) é tão necessário que se aborde a questão de gênero quanto à sexualidade com os (as) adolescentes, pois, a adolescência compreendida como construção social e que se modifica dependo da sua cultura em que esteja inserida, está ligada intrinsecamente com o que a autora denomina de “agentes socializadores” como escola, ambiente, amigos, trabalho, família, mídia; estes agentes são sinais norteadores para o desenvolvimento humano e que formam conceitos sociais sobre as questões de gênero e sexualidade.

Gênero é aqui compreendido, de acordo com a autora supracitada, como a criação de papéis que são atribuídos aos homens e as mulheres pela sociedade ocidental em que vivemos desde o nascimento, é marcado por uma educação dada de forma diferenciada entre meninos e meninas, compreende-se ainda que alguns autores utilizam expressões como “identidade de gênero” e “relações de gênero” onde está subentendida a representação de superioridade do homem tanto quanto a condição de inferioridade da mulher.

Para Saffioti (1999) ao citar vários autores que contextualizam sobre a terminologia diante de estudos e pesquisas sobre os significados, gênero pode ser compreendido como símbolo cultural, conceito normativo de conduta, regulador das relações entre os sexos. A autora ainda afirma que “o conceito de gênero não explicita, necessariamente, desigualdades entre homens e mulheres. Muitas vezes a hierarquia é presumida” (SAFFIOTI, 1999, p. 82).

No que tange a questão da sexualidade e gênero para os (as) adolescentes, é imprescindível que se faça valer o acesso à educação e a informação sem distinção de sexo ou atribuições construídas culturalmente, pois se considera notável de acordo com Neto e Andalaft (2009) o aumento da atividade sexual destes adolescentes de forma cada vez mais precoce e pouco preparada, deixando-os vulneráveis tanto às doenças sexualmente transmissíveis quanto ao advento de uma gravidez, que por vezes não planejada, interfere em todo o planejamento de vida que possam ter, seja de forma positiva ou negativa.

O enfoque de risco, em particular, aparece fortemente associado a esses repertórios por meio de expressões como: gravidez de risco, risco de contrair o HIV, risco de uso de drogas ilícitas, risco de morte frente à violência. O risco generalizado parece, assim, definir e circunscrever negativamente esse período da vida, gerando expressões, ações e posturas absurdas em relação aos adolescentes (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005, p. 8).

Dados do Ministério da Saúde referentes ao ano de 2015, demonstram que no Brasil foram notificados cerca de 16 casos de HIV/AIDS em meninos de 10 a 14 anos, já nas faixas etárias que estão entre 15 e 19 anos esse número sobe para 220, entre o sexo feminino, de acordo com os índices, o número é de 23 casos para as faixas que situam-se entre 10 a 14 anos e 143 casos para as que estão entre 15 e 19 anos. O número de casos de AIDS detectados em gestantes com faixa etária entre 10 e 14 anos no ano de 2015, fora de 22 casos, já entre as faixas etárias entre 15 e 19 anos, esse número sobe de forma alarmante para 452 casos⁸.

De acordo com Villela e Doreto (2006), o indivíduo tem possibilidades de se tornar menos vulnerável diante de situações que possam colocá-lo em desvantagem ou em uma situação de vulnerabilidade, se caso este tiver capacidade de reinterpretar de forma crítica “mensagens da sociedade”. O que significa que o acesso à informação e à escola torna menos possível variadas situações que ocasionam em algum tipo de risco diante de um estágio de

⁸ Boletim de Epidemiológico HIV/AIDS, divulgado pelo Ministério da Saúde em 2015. Disponível em: http://www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos/publicacao/2015/58534/boletim_aids_11_2015_web_pdf_19105.pdf. Acesso em: 1 de Julho de 2016.

conhecimento, modificações corporais, inserção social, questões sobre sexualidade e gênero que o adolescente passa a ter mais presente em sua vida.

No que se refere ao fenômeno da gravidez na adolescência, objeto dessa monografia, para compreender suas causas e determinantes é preciso ter o olhar voltado para todas as esferas que são pertencentes à vida destes adolescentes.

Oferecendo visibilidade sobre os dados que permeiam o quantitativo referente à gestação adolescente, de acordo com o DATASUS, no ano de 2014 registrou-se um nascido vivo em menor de 10 anos de idade, já no que compreende as faixas etárias entre 10 e 14 anos, foram contabilizados 28.244 e nas faixas que compreendem as idades entre 15 e 19 anos 534.364.

Portanto, é necessário atentar-se para os fatores socioeconômicos, contexto familiar e educacional, e o que esses indivíduos têm por acesso à saúde no sentido de melhor apreensão sobre o objeto de estudo.

No âmbito social, determinado acontecimento na vida de um (uma) adolescente pode se configurar de acordo com a cartilha Primeira Infância (2013), como uma questão econômica que envolve “renda, moradia, estrutura familiar, acesso a equipamentos sociais, entre outros” podendo estar ligado diretamente com o processo de exclusão e pobreza.

Caracteriza-se a gravidez na adolescência como um problema de cunho social e de saúde, de acordo com Klajner (2005, p.130):

A gravidez precoce, inoportuna, atrapalha a vida dos adolescentes, dos pais e familiares e da sociedade porque desorienta e modifica todos os planos de vida futuros. Ela obriga a interrupção dos estudos, de carreiras pela necessidade de sustentar a criança, os jovens atingem formação técnica e intelectual aquém do desejado, convocam avós e bisavós para uma atividade inesperada, cuidar de crianças pequenas, à qual há muito já se já se desabilitaram e convidam família e amigos a ajudá-los financeiramente, material e pessoalmente.

Entretanto, as autoras Maria José Carvalho Sant’Anna e Veronica Coates (2006) consideram que mesmo sendo uma questão complexa, a gravidez na adolescência não pode ser tratada apenas como “problema” e algo ligado ao fracasso na vida dos (das) adolescentes que passam por essa experiência, ressaltam ainda que por vezes as mulheres começam seu período reprodutivo nessa fase e por questões culturais, isso não se configura de fato como uma adversidade.

Magalhães (2009) considera os aspectos, anteriormente mencionados de construção social e sociedade, para expor a motivação de designar a gravidez na adolescência como

situação problema, dessa forma, autora coloca que esse fenômeno se apresenta como um problema social na realidade brasileira.

Poli (2009) refere-se ao fato da gravidez na adolescência ser considerada como um problema social que leva aos aspectos negativos como abandono escolar, possíveis dificuldades em conseguir emprego e problemas de saúde em relação ao bebê, porém o autor salienta que não é possível que se generalize que o acontecimento seja sempre visto como uma irresponsabilidade, pois se faz necessário considerar gestações que fazem parte do projeto de vida de algumas mães adolescentes, caracterizando como um ‘acidente planejado’.

Contudo, o autor ainda afirma que esse advento pode caracterizar em uma cobrança intensificada para a mãe adolescente em comparação com ao pai adolescente, a sociedade machista e patriarcal em que vivemos, resguarda a educação sobre sexualidade e gênero ainda como uma questão pouco discutida em relação às meninas, as consequências são grandes para esse tipo de tratamento que pode configurar no pouco diálogo com os pais e de acordo com o UNICEF, grande concentração das responsabilidades recaídas sobre as adolescentes:

[...] o alto valor atribuído à maternidade é um dos principais obstáculos para trabalhar de maneira mais efetiva e ampla o tema da sexualidade na adolescência e a prevenção da gravidez na adolescência. Pior ainda: por mandato de gênero a carga da gravidez recai principalmente nas mulheres, que devem, além de ser boas mães e renunciar a seus projetos pessoais, assumir os papéis tradicionais (domésticos) atribuídos ao seu sexo⁹.

Uma questão que por vezes é abordada e por diversos autores é a importância da família, essas por sua vez desempenham um papel fundamental na vida da adolescente que passa pela experiência da maternidade. O contato e cuidado fazem com que haja possibilidades da adolescente ter uma interação melhor com este acontecimento em sua vida, destaca-se ainda que “A importância da família é imprescindível também para dar o suporte financeiro, e ajudar nos cuidados diretos à criança, além de apoiar a mãe adolescente na concretização dos planos futuros que ainda continuam a existir.” (ANDRADE; RIBEIRO; SILVA, 2006).

Contudo, essa reação de apoio pode não ser homogênea, o impacto emocional da família de forma geral se configura em decepção por planejar um futuro idealizado para os filhos e que este corre o risco de não se concretizar pela nova responsabilidade que os (as)

⁹ Vivências e relatos sobre a gravidez em adolescentes: Uma aproximação aos fatores culturais, sociais e emocionais a partir de um estudo em seis países da região/ relatório final-UNICEF. Disponível em: http://www.unicef.org/lac/UNICEF_PLAN_gravidez_em_adolescentes_2015.PDF. Acesso em: 3 de Julho de 2016.

adolescentes terão que assumir diante da gravidez como criar e educar outra criança. De acordo com Moreira et al. (2008, p. 318), constatou-se baseada em pesquisa que:

Poucas são as famílias que aceitam a situação da gravidez na adolescência e procuram lidar com compreensão e afeto com as jovens mães e pais, respeitando suas limitações. No entanto, a grande maioria institui a experiência do casamento, mesmo que eles não o queiram, induzindo os jovens a abrir mão de seus desejos e expectativas. Outras impõem abortamento, abandono ou usam de violência. E muitos pais expulsam sua filha de casa, aumentando os problemas que as jovens mães terão que enfrentar.

No tocante à educação, é resguardado a mãe adolescente por meio da Lei Nº 6.202, de 17 de Abril de 1975, a partir do oitavo mês de gestação e durante três meses a gestante ficará sob regime de exercício domiciliar, o período de repouso poderá ser estendido antes e depois do parto a depender de determinações médicas. Contudo, de acordo com vários autores a questão da evasão escolar se faz presente, pois a adolescente em vista de suas novas obrigações como mãe e por diversos outros fatores, poderá deixar a escola, seja no período gravídico ou pós-parto. De acordo com Netto e Andalaft (2009, p. 53):

A gravidez em fase escolar demanda alto risco social, sendo comum a desistência escolar ainda no período gestacional, quer por falta de motivação, por vergonha ou por impedimentos sociais e psicológicos. A interrupção da escolarização e da formação profissional acarreta dificuldades de inserção no mercado de trabalho, perpetuando o ciclo da pobreza e aumentando os riscos sociais para mãe e filho.

Oliveira (1998) apresenta outros fatores que ocasionam a desistência dos estudos em fase gestacional da adolescente, questões como a vergonha familiar devido à gravidez pode representar um fator decisivo para tal abandono, como denomina o autor, a situação é dita como “vexatória” assim preferem esconder a situação pela qual a filha está passando, soma-se a esse quadro o constrangimento que a adolescente possa vivenciar por parte dos colegas e demais alunos ou até mesmo por via do corpo docente.

O autor ainda salienta que em caso de desistência em período gestacional, o regresso às atividades escolares ainda é encarado como problema em vista dos afazeres domésticos, cuidados com a criança e pela necessidade de entrar no mercado de trabalho para obter o sustento da família, deixando o filho (a) com familiares ou até mesmo pagando para que outra pessoa possa cuidar, não restando disposição para estar novamente em sala de aula. “No fim do dia, ir à escola diante desse contexto torna-se uma tarefa impossível de ser cumprida. Jovens oriundas de famílias com maior poder econômico e que aceitam a gravidez podem vislumbrar a possibilidade de completar seus estudos e retomar seu projeto de vida” (OLIVEIRA, 1998).

Entretanto, a dinâmica contrária também pode ocorrer, outros autores como Taborda et al. (2014) Heilborn et al. (2009), Rios, Williams e Aiello (2007) destacam que o advento da gravidez pode representar novas perspectivas para que a mãe adolescente dê mais importância aos estudos e veja assim uma nova oportunidade de crescimento e oferecimento de melhores condições para o filho (a), há que se considerarem também aqueles adolescentes que já estavam fora do ambiente escolar até mesmo antes da gravidez.

Relacionada à saúde da mãe adolescente, o período gestacional em idade precoce pode resultar em diversos problemas dada a pouca idade.

O importante auxiliador na manutenção da saúde da adolescente que está em fase gestacional é o pré-natal, este por sua vez de acordo com o Ministério da Saúde (1998, p. 6) “[...] constitui num conjunto de procedimentos clínicos e educativos com o objetivo de vigiar a evolução da gravidez e promover a saúde da gestante e da criança, encaminhando-os para soluções imediatas ao Sistema Único de Saúde”.

Dados do DATASUS sinalizam que dos nascimentos que ocorreram em 2014, já evidenciados anteriormente, 1.020 não constam nenhum acompanhamento junto ao pré-natal nas faixas etárias entre 10 e 14 anos e o número de 15.015 nascidos vivos sem acompanhamento nas faixas que compreende as idades entre 15 e 19 anos.

É necessário salientar que esse acompanhamento junto às equipes de saúde objetiva os cuidados necessários as gestantes a fim de evitar ou identificar possíveis problemas que possam ocorrer, bem como auxiliar nas dúvidas e no acompanhamento familiar, caso não ocorra, ou seja, iniciado apenas nos últimos meses de gestação correm-se riscos em relação à saúde da mãe e do feto, pois eles não receberam o suporte de cuidados necessário (EISENSTEIN et al, 2009).

O Ministério da Saúde salienta que por vezes a adolescente não tem maturidade psicológica para gerar uma criança, tão pouco para criá-la resultando em possíveis eventos de violência, outro ponto abordado pelo MS na cartilha Primeira Infância, são os cuidados necessários quanto à alimentação da adolescente gestante, pois considerando o quadro de desenvolvimento de dois corpos, poderá ocorrer o aumento de peso para a mãe sem grandes transferências dos nutrientes necessários ao feto, resultando em risco de desenvolvimento.

Menezes (2009) aborda a questão da diabetes na gestação adolescente e como fator preponderante está a questão da obesidade e histórico familiar, as complicações podem resultar em aborto, má formação fetal entre outros.

Bruno (2009) atribui frequentes complicações médicas justamente devido a pouca idade da mãe e também às condições psicossociais inadequadas.

Outras intercorrências podem acometer as adolescentes em fase gestacional, ressaltando a necessidade do acompanhamento junto à equipe de saúde:

Há maior índice de desproporção feto-pélvica, especialmente naquelas muito jovens e também maior número de abortos espontâneos, natimortos e mortes perinatais, partos prematuros e RN de baixo peso. A mortalidade pela síndrome de morte súbita durante os primeiros seis meses de vida é mais freqüente entre os filhos de mães adolescentes, que também tendem a sofrer maior número de hospitalizações por infecções ou acidentes durante toda a infância. Estas complicações biológicas para a mãe e filho são mais freqüentes e de maior gravidade quando a adolescente tiver 15 anos ou menos, idade ginecológica menor que dois anos ou quando ocorrem gestações múltiplas durante a adolescência, com intervalos menores do que dois anos. (SANT'ANA; COATES, 2006).

Diante do exposto percebe-se de acordo com as bibliografias referenciadas, que a gravidez na adolescência tem status de problema de saúde pública e de riscos sociais particularmente em casos em que a gestante é pertencente às camadas em vulnerabilidade econômica, entretanto, ela também ocorre entre as camadas mais favorecidas, com acesso à informação, aos métodos contraceptivos e meios mais seguros para interrupção de uma gravidez não desejada (MAGALHÃES, 2009).

Tal apreciação requer mais debates sobre o assunto e a busca incessante por mais políticas de diferentes abordagens para que de fato os (as) adolescentes tenham acesso às informações necessárias e que compreendam todo o quadro de interesses e dúvidas, abordando também a questão do cuidado da mãe adolescente tanto na área da saúde, quanto na assistência e educação, oferecendo todas as oportunidades e condições para que ela não deixe em segundo plano as questões sobre sua vida pessoal e possibilidades futuras.

2 A RELAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

Considerando a análise de conteúdo referente aos artigos e monografias, foi possível destacar a relação familiar e a gravidez na adolescência como uma categoria final do estudo em questão. Compondo o segundo capítulo, as relações familiares serão abordadas com o intuito de expor a percepção dos familiares frente ao fenômeno da gravidez na adolescência, bem como será destacada a sua importância e participação em diversas expressões de apoio aos adolescentes que vivenciam a gravidez.

2.1. FAMÍLIA: APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS

Abordando brevemente a historicidade do conceito e configurações dos modelos de família na sociedade, é possível considerar que esta se modifica de acordo com a cultura e as transformações societárias influenciadas pelo contexto social e histórico.

De acordo com as considerações sobre as configurações familiares, Oliveira (2009) remete as mudanças em suas estruturas influenciadas a partir do modelo econômico do século XVII, no qual pouco se observava vínculos afetivos até o momento. Já na perspectiva da família moderna esses vínculos são fortalecidos e exercidos pela burguesia apoiada na estrutura de família nuclear. Associando ainda as questões econômicas aos modelos de organização da família, com a inserção do capitalismo as composições são também modificadas:

Marcada pelo ritmo acelerado do capital, a família pode reproduzir, em seu interior, o individualismo e a competição, frutos da modernização da sociedade, podendo, neste contexto, haver o predomínio do interesse individual sobre o coletivo, desfigurando o entendimento de que a família deveria ser local onde o coletivo predominasse sobre o individual (OLIVEIRA, 2009, p. 26).

Apoiada nas considerações de Lévi-Strauss (1956) a autora citada acima, coloca que a constituição familiar atualmente, segue ainda um desenho padrão composto por pai, mãe e filhos, entretanto, não desconsidera a existência de diversificados modelos de família, destacando que mesmo que sua existência seja inegável, tal reconhecimento não garante aceitação perante a sociedade.

Diante da realidade brasileira por volta dos séculos XVIII e XIX, o modelo de família aqui difundido de acordo com Kruczeveski e Mariano (2014), que apoiam suas considerações em diversos autores pesquisadores da temática em questão, foi pautado no modelo rural

composto por uma família extensa de pai, mãe, filhos, subalternos, escravos, amas de leite, e amigos. Tal modelo patriarcal compreendia o poder do homem no cuidado e provimento da família, contudo movimentos históricos foram acontecendo e modificando em partes o que se entendia por família e como ela se organizava. Dessa forma, tendo que se adaptar ao modelo econômico que iniciava a urbanização, a configuração de família extensa passou a comportar apenas pai, mãe e filhos, desenhando assim, a família nuclear patriarcal. “Esta família, de característica patriarcal nuclear, tem como marca a superioridade hierárquica do pai de família que se posiciona no topo da pirâmide, seguido pela esposa e filhos que lhes devem obediência” (KRUCZEVESKI; MARIANO, 2014, p. 6).

Os autores também concordam ao denotarem diferentes arranjos familiares na contemporaneidade, nos quais o modelo patriarcal não é o exercido, destacando a individualização das relações e a posição da mulher como chefe de família.

O foco dado ao lugar da família na vida de uma pessoa, como visto, prevê de forma generalizada uma obrigatória rede de proteção, apoio e vínculos saudáveis. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (1990. p, 16):

Art. 25. Entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes. Parágrafo único. Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.

O documento citado destaca ainda os deveres que são designados à família, sociedade, comunidade em geral e ao poder público em relação aos direitos que devem ser preservados e efetivados às crianças e aos adolescentes, tais como: “à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (ECA, 1990.p, 11).

Como propõe Andrade et al. (2005) é justamente na primeira infância que se fornecem por meio da família, os principais vínculos que serão resultantes do cuidado e dos estímulos necessários para o bom desenvolvimento, considerando variados arranjos familiares os autores ainda colocam que “qualquer que seja a estrutura, a família mantém-se como meio relacional básico para as relações da criança com o mundo” (ANDRADE et al, 2005, p. 607).

Contudo, é reconhecido que mesmo que as declarações descritas acima, afirmem que família seja o meio onde é exercido o cuidado e a proteção, pode-se ainda considerar também que seja o lugar no qual a criança e/ou adolescente estejam expostos a riscos (ANDRADE et al, 2005).

2.2. TODOS ENVOLVIDOS: AS RELAÇÕES FAMILIARES DIANTE DO FENÔMENO

Compreender as relações familiares diante do fenômeno da gravidez na adolescência é perceber os diversos arranjos que são construídos cotidianamente e considerar que as famílias que vivenciam esse acontecimento podem reagir de diversas formas.

O quadro abaixo demonstra os materiais bibliográficos que serviram de base para subsidiar a análise de conteúdo pertinente a este capítulo.

Quadro 5- Produções de TCCs e artigo sobre a temática, representando a categoria final de análise: A Relação entre Família e a Gravidez na Adolescência

Tipo de Material	Título	Autor	Ano	Categoria final de análise
Monografia	Gravidez na Adolescência e a Estrutura Familiar	Vanúcia Schumacher	2011	A Relação entre Família e a Gravidez na Adolescência
Monografia	Gravidez na Adolescência: a relação entre Maternidade e Paternidade frente à questão	Gabriela Ferreira Moraes e Mayara Varejão Ferreira	2011	
Monografia	E agora grávida? Percepções Familiares sobre Gravidez na Adolescência: uma análise realizada com familiares de adolescentes grávidas do Distrito de Missi -Irauçuba –CE	Lygia Negreiros Barbosa	2013	
Monografia	Gravidez e Maternidade na Adolescência: relatos das adolescentes atendidas no CEABM	Edmar Jacó Bezerra Júnior	2014	
Artigo	Gravidez na Adolescência: realidade e repercussões sobre atividade sexual	Jaline Melo Oliveira, Janine Patrícia Melo Oliveira, Saulo Soares da Silva, Sabrina Soares da Silva, Patrício Borges Maracajá	2015	

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da revisão bibliográfica classificação temática sobre a temática gravidez na adolescência.

Diante das análises desenvolvidas referentes às produções de conhecimento acerca do objeto dessa monografia, o envolvimento da família com o (a) adolescente é de suma importância, dessa forma busca-se a percepção do papel desempenhado pelos familiares e como é evidenciado seu envolvimento com os pais e mães adolescentes frente à gravidez na adolescência.

Para Vanúcia Schumacher, autora da primeira monografia estudada, “*Gravidez na adolescência: e a estrutura familiar*” de 2011, seria esperado que a família seja o meio no qual estivessem presentes as relações de afeto e de cuidado, e que representassem a ponte de socialização com o mundo considerando também as suas particularidades, tais como: a

religião, comportamentos, hábitos, porém esse não é o sentimento universal que comporta todas as configurações de família atualmente:

Muitas famílias não conseguem estabelecer uma boa relação com os filhos, porque, não se desligam de idéias e conceitos vivenciados na sua própria infância. Muitas vezes, os erros cometidos pelos pais, são reflexos do que passaram na infância, aprofundando o sentimento de culpa, e agravando a construção de amizade, respeito e amor entre pais e filhos (SCHUMACHER, 2011, p. 11).

Ainda assim a autora coloca que “a família continua sendo a base fundamental para o crescimento, desenvolvimento e amadurecimento das crianças e jovens, de forma a prepará-los para a vida como adultos” (SCHUMACHER, 2011, p. 12).

Em relação à fase denominada adolescência, esse papel de apoio e compreensão da família é de suma importância ao passo que a autora já mencionada, descreve ser este um momento onde o diálogo entre esses dois atores, pode ser comprometido devido justamente às mudanças no comportamento dos (as) adolescentes, que pode não ter sido o mesmo vivido por seus pais. Notada essa falta de comunicação entre pais e adolescentes, a gravidez na adolescência aparece como consequência dos “problemas de estrutura familiar” considerando que um vínculo bem construído no qual seja permitido se discutir sobre a sexualidade dos (as) adolescentes, proporcionando a soluções de dúvida, troca de experiências que não sejam meramente pautadas em explicações biológicas, poderá evitar situações de vulnerabilidade por falta de informação.

[...] a influência da família no cotidiano dos adolescentes é fundamental no processo de equilíbrio emocional, nas atitudes pensadas e tomadas, na construção de toda a identidade que se instaura no processo da fase de adolescente para adulto. Vale ressaltar também a forte influência socioeconômica estabelecida em cada família, à falta de condições econômicas e cultural, gerada pelo déficit na educação, estabelece maiores riscos de uma gravidez precoce, geralmente, associados à falta de relação bem construída e definida das famílias (SCHUMACHER, 2011, p. 27).

Diante do impacto da gravidez a perspectiva notada no texto remete-se a ideia negativa desse fenômeno na vida tanto do (a) adolescente que o vivencia quanto para a família, ao passo que a responsabilidade de uma criança também requer provimentos financeiros e os (as) adolescentes, em sua grande maioria, ainda são dependentes de seus pais e conseqüentemente não tem condições de promover o sustento dos seus filhos. A pressão, o medo, a vergonha recaem principalmente sobre as mães adolescentes onde o aborto, que por vezes é proposto por familiares e/ou pelo pai da criança, surge como alternativa para “resolver o problema”.

Os impactos sociais que podem afetar as mães adolescentes quando a gravidez é vivenciada no período escolar, são exemplificados pelo abandono dos estudos, rompimento de

projetos futuros e mudança no ciclo social, contudo Schumacher (2011) coloca que cada família poderá vivenciar e oferecer apoio de maneiras diferentes dependendo de sua cultura.

Em vista de todas as problemáticas que envolvem a gravidez na adolescência e a estrutura familiar, é importante ressaltar a importância do elo entre pais e filhos, do diálogo, afeto, e principalmente, da compreensão acerca da vida e problemas do filho adolescente. A estrutura familiar é fundamental no crescimento e amadurecimento dos jovens, sendo o suporte necessário para o desenvolvimento positivo de suas vidas. A família como apoio é essencial na vida dos filhos, principalmente, para as filhas frente à gravidez na adolescência (SCHUMACHER, 2011, p. 32).

De acordo com a visão já explicitada sobre a condição de apoio e base socializadora que a família desempenha na vida de um indivíduo desde a sua infância até a sua inserção como adulto no meio social, a autoras Gabriela Ferreira Moraes e Mayara Varejão Ferreira autoras da monografia: “*Gravidez na Adolescência: A relação entre maternidade e paternidade frente à questão*” de 2011, partilham do mesmo ponto de vista “Sendo assim, é no seio de uma família que durante a infância, o indivíduo inicia o processo de aprendizagem e socialização, razão pela qual se torna membro da sociedade” (MORAIS; FERREIRA, 2011, p. 17). Consideram-se também as mudanças na dinâmica da família tradicional nuclear, abordando as diferentes configurações que se moldam:

A mulher e o homem tiveram suas funções ampliadas, onde os dois juntos passam a desempenhar o papel de educar os filhos, cuidar do lar e prover o sustento da família. Entretanto, hoje temos famílias que mantêm a estrutura familiar tradicional, outras onde as mulheres cuidam do sustento da família e o homem cuida da casa e dos filhos, outras que tem a figura apenas de um dos genitores – as chamadas famílias monoparentais – e também aquelas que não possuem nenhum dos genitores (MORAES; FERREIRA, 2011, p. 21).

Dessa forma, a criação dos filhos é também estabelecida de maneira variada a depender de como é a relação entre os sujeitos que compõem a família, já em relação aos adolescentes, destacam-na como meio não somente de socialização de informação e de diálogo para que se possa falar abertamente sobre temas como a sexualidade, mas também é onde o (a) adolescente pode encontrar proteção e apoio.

Diante do fenômeno da gravidez na adolescência, Moraes e Ferreira (2011) utilizam da pesquisa exploratória para analisar como a maternidade e a paternidade podem impactar a vida de adolescentes. Para tal fim, foram realizadas entrevistas com os adolescentes inseridos no programa de aprendizagem do Centro Salesiano do Adolescente Trabalhador (CESAM).

De acordo com as declarações compreendidas no texto referente ao resultado do estudo, é identificado que a falta de comunicação dos pais e filhos ou mesmo o tipo de

conhecimento passado aos adolescentes é feito de forma pouco evidente, principalmente em relação à sexualidade. Esse tema que envolve uma relação de confiança e sinceridade, não é debatido de forma franca. Assim sendo, os pais “[...] não esclarecem minuciosamente as dúvidas dos adolescentes acerca deste assunto, reafirmando o discurso conservador da sociedade, em que não se podia falar com os filhos e com as mulheres sobre a sexualidade” (MORAIS; FERREIRA, 2011, p. 56).

No que tange os impactos da gravidez, os relatos revelam que tal evento possa ter consequências prejudiciais causando danos ao desenvolvimento escolar, sendo que os (as) entrevistados (as) exprimem a vontade de que seus filhos ou filhas tenham outra realidade que não a de ser pai ou mãe muito cedo. Nota-se ainda no conteúdo que tanto o acolhimento quanto os conflitos familiares, são expressões desse fenômeno, entretanto evidenciam que a ajuda familiar não é materializada somente em questões financeiras, sendo que a rede de proteção, apoio moral, cuidado e auxílio em relação à criança são tão necessários quanto.

[...] destacamos a necessidade de os pais manterem diálogo franco, não somente acerca do sexo, mas como de outros assuntos, que dizem respeito a eles, e comecem a dividir questões referentes ao planejamento familiar, as novas mudanças de regras que surgir dentro de casa [...] observamos que a partir do momento que o adolescente tem o apoio da família, esta vivência pode se tornar mais fácil; não pelo fato de cuidar da criança, ou ao aspecto financeiro, mas em relação ao desenvolvimento desta nova relação afetiva que o adolescente terá que se adequar, desta forma ele ainda se sentirá pertencido a uma família (MORAES; FERREIRA, 2011, p. 64).

A próxima monografia a ser analisada é de autoria de Lygia Negreiros Barbosa, “*E agora grávida? Percepções familiares sobre gravidez na adolescência: uma análise realizada com familiares de adolescente grávidas do Distrito de Misse – Irauçuba/CE*” 2013.

A concepção que autora propõe a respeito da família e a sua relação com o fenômeno da gravidez na adolescência é justamente a de busca do significado desse acontecimento e como ele pode afetar as relações entre os membros familiares.

A autora relata variadas definições de família segundo pesquisadores, no entanto se atém a algumas conceituações para seguir com a sua linha de pesquisa, abordando também discussões acerca das modificações de estruturas devido ao capitalismo, que poderá fragilizar vínculos uma vez que a convivência entre os membros é cada vez menor considerando que na “[...] família contemporânea, todos os membros se tornam responsáveis em conseguir obter lucros para esta unidade familiar através do trabalho assalariado e/ou informal [...]” (BARBOSA, 2013, p. 44) com isso determina que família possa ser assim definida: “[...] um grupo social que pode ser configurado de maneiras diferenciadas. [...] construída

historicamente e que pode ser modificada segundo a sociedade em que ela está inserida” (BARBOSA, 2013, p. 26-27).

A partir da definição da categoria foco da pesquisa da autora, já mencionada anteriormente, utilizou-se do recurso de saída a campo para entrevistar famílias que tivessem em sua composição uma adolescente vivenciando a maternidade.

De acordo com algumas atribuições dadas às famílias no início deste capítulo, como meio responsável pelo apoio emocional, moral e financeiro de crianças e adolescentes, é possível adotar essa competência para as famílias objeto de pesquisa de Barbosa (2013). Pode ser percebido diante dos relatos, como são configuradas as famílias entrevistadas, onde o arranjo é pautado na hierarquia no qual o homem mesmo não sendo o provedor do sustento dos demais ainda exerce o papel de “chefe de família”, e o cuidado dos filhos, e afazeres domésticos são de responsabilidade da mulher o que representa tradicionalmente o patriarcado embutido nessas relações.

Em relação ao diálogo com as adolescentes, percebe-se que o debate sobre iniciação sexual é um assunto pouco discutido destacando a distinção que se faz entre meninos e meninas:

[...] percebemos um tabu ao falar sobre sexualidade com as adolescentes. A entrevistada diz que mandava ter cuidado, mas não fazia especificação com o que tomar cuidado. Notamos essa posição em todas as outras entrevistas, nenhum dos familiares disse ter conversado sobre sexualidade com as adolescentes. E apenas uma adolescente disse que uma tia teria conversado sobre o assunto antes [...] mesmo com algumas mudanças que vem ocorrendo a respeito da iniciação sexual para meninos e meninas ainda podemos notar certo tabu nas falas e às vezes na entonação da voz (BARBOSA, 2013, p. 65-66).

Por fim, o fenômeno da gravidez ocorrida na adolescência, em consonância com as falas dos (as) entrevistados, Barbosa (2013) destaca a questão da responsabilidade que recai sobre a mãe adolescente que deixa a fase de criança e passa a responder por outra pessoa, seguida de notória rejeição da família no início da gestação e posterior aceitação, revelando o sentimento de decepção dos familiares diante da situação por considerarem que a gravidez naquele momento poderia trazer prejuízos ao desenvolvimento das potencialidades da adolescente em relação aos estudos, trabalho e projetos de vida, idealizados pelos pais e que poderiam não se concretizar.

Entre esses depoimentos podemos notar muitas reações, em alguns percebemos que teve a surpresa da filha estar grávida, em outras o que mais predominou foi a raiva, a angústia e a incerteza no que deveriam fazer. Mas, depois que a “novidade” foi se estabilizando no âmbito familiar percebemos que logo a sensação de alegria foi aflorando em cada um. O conformismo também foi notável em algumas famílias,

pois não poderiam fazer nada em relação à gravidez, só haviam duas alternativas, não ajudar ou ajudar. E todos os entrevistados optaram por ajudar seja de forma financeira, ou cuidando da criança junto com a adolescente (BARBOSA, 2013, p. 75).

A última monografia analisada é do autor Edmar Jacó Bezerra Júnior, “*Gravidez e Maternidade na Adolescência: Relatos das adolescentes atendidas no CEABM*” de 2014.

É proposto um estudo referente às mães adolescente acerca de sua experiência diante da maternidade, dessa forma a primeira definição relatada é a de que “[...] a gravidez na adolescência pode ser analisada como multicausal, ou seja, pode ser uma maneira de superar carências, uma provocação à própria família ou mesmo a procura de status social” (JÚNIOR, 2014, p.15).

Ao discorrer sobre as instituições responsáveis pela criança e adolescente, Júnior (2014, p. 35) inicia pela família, categoria foco do estudo em questão neste capítulo, atribuindo-lhe a responsabilidade “[...] na prevenção, manutenção e recuperação da saúde de seus membros e do seu conjunto” caracterizando-a também como principal núcleo no qual o indivíduo recorre em situações de risco.

Em consonância com o descrito, a participação da família é ainda destacada como elemento crucial no desenvolvimento das atividades que ocorrem no Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota (CEABM) situado no bairro Antônio Bezerra, Fortaleza- Ceará, o local escolhido para fundamentar a pesquisa do autor desenvolve seu trabalho no atendimento de adolescentes do sexo feminino, autoras de ato infracional encaminhadas pelo Juizado da Infância e da Juventude de Fortaleza, e que estejam em regime de internação provisória, privação de liberdade e semiliberdade. Os principais compromissos estão em:

[...] promover o fortalecimento dos laços familiares; desenvolver oficinas com intuito de ensinar atividades como artesanato, crochê, entre outros; oferecer cursos de capacitação para uma possível inserção no mercado de trabalho; dar acesso ao acompanhamento médico, através dos Postos de Saúde, e tratamento para as dependentes químicas; providenciar a documentação necessária a qualquer cidadão (JÚNIOR, 2014, p. 38).

No que tange a gravidez na adolescência e as questões que permeiam o relacionamento com a família, a primeira temática abordada na entrevista é referente ao envolvimento especificamente das adolescentes com suas mães. De acordo com os relatos apresentados na monografia é possível compreender diferenciados tipos de convívio que são estabelecidos: as mães nem sempre são a personificação do amor ou do apoio que é presumido, algumas não convivem com as adolescentes, não tem um bom relacionamento ou até mesmo convivendo

não possuem intimidade; entretanto em outros relatos é ressaltado o esforço e a dedicação em prover o sustento da família e o bom relacionamento apesar das desconfianças e brigas.

Júnior (2014, p. 44) ainda relata outros aspectos que podem enfraquecer vínculos:

Na verdade, muitos fatores externos contribuem para o enfraquecimento do papel da família na educação de seus membros, como a criminalidade, o consumo de drogas, o alcoolismo, a iniciação sexual precoce, dificuldades econômicas, o consumismo exacerbado, a falta de censura dos meios de comunicação de massa e na internet, enfim, são muitos aspectos que interferem de uma forma ou de outra no desenvolvimento na educação de seus filhos, e isso inclui a escola.

Em decorrência da descoberta da gravidez, as adolescentes expressam uma mistura de sentimentos entre medo, susto, culpa, vergonha e felicidade, essas sensações são também atribuídas aos companheiros e aos pais das adolescentes, sendo elas por vezes sentidas de formas diferentes. De acordo com Júnior (2014, p. 46):

A maternidade na adolescência é analisada algumas vezes como indesejável por seu antagonismo com as atuais ações sociais de qualificação profissional para inclusão no mercado de trabalho e, vem sendo marcada como proveniência de inúmeros problemas.

Observou-se nos relatos das adolescentes que a maioria sabe de alguma forma que a responsabilidade está em primeiro lugar, mas ao mesmo tempo, elas se mostram sonhadoras, como percebeu-se que para elas a vida é muito fácil de viver.

Diante do exposto afirma-se que a gravidez ocorrida nesse período significa um fenômeno complexo onde é configurada entre diversas causalidades, a precoce iniciação sexual que exige responsabilidade e conhecimento. Essas adolescentes que vivenciam a maternidade passam por situações de intolerância e julgamentos morais, segundo Júnior (2014) ainda que a relação familiar seja conflituosa e divergente entre diversas composições no que tange às formas de enfrentamento de situações, como mostrado em alguns relatos, a família ainda é considerada a unidade “[...] fonte de proteção e apoio para todos que a integram” (JÚNIOR, 2014, p.53).

Como descrito na metodologia foram também analisados artigos a fim de que se obtivesse material suficiente para análise, dessa forma o documento que agora terá o seu conteúdo examinado é o artigo “*Gravidez na adolescência: realidade e repercussões sobre atividade sexual*”, do ano de 2015 e de autoria de Jaline Melo Oliveira, Janine Patrícia Melo Oliveira, Saulo Soares da Silva, Sabrina Soares da Silva e Patrício Borges Maracajá.

O estudo dos autores citados compreende o debate sobre a sexualidade junto aos adolescentes, ignorar a importância deste tema levando em consideração o processo de descobertas, curiosidade e iniciação sexual cada vez mais precoce é considerar o advento de

“[...] consequências indesejáveis imediatas como o aumento da frequência de doenças sexualmente transmissíveis (DST), e gravidez, muitas vezes também indesejável e que por isso, pode terminar em aborto” (OLIVEIRA et al, 2014, p. 16).

Segundo Oliveira et al (2014) a gravidez na adolescência ocorre geralmente em famílias onde a mãe também vivenciou o fenômeno ou iniciou precocemente a sua vida sexual.

Considerando as implicações que podem ocorrer neste período, os autores colocam a seguinte explicação:

A gravidez na adolescência tem sérias implicações biológicas, familiares, emocionais e econômicas, além das jurídico-sociais, que atingem o indivíduo isoladamente e a sociedade como um todo, limitando ou mesmo adiando as possibilidades de desenvolvimento e engajamento dessas jovens na sociedade (OLIVEIRA et al, 2014, p. 17).

Fatores socioeconômicos são também apresentados como causa de variadas consequências devido à gravidez na adolescência como: evasão escolar, possíveis dificuldades em conseguir entrar no mercado de trabalho “[...] perpetuando-se assim, a pobreza, educação limitada, abuso e violência familiar tanto à mãe quanto à criança” (OLIVEIRA et al, 2014, p. 19). Complicações de saúde são também evidenciadas no estudo de Oliveira (2014), ao passo que muitas adolescentes escondem a gravidez nos primeiros meses, podendo agravar possíveis problemas de saúde como anemia, hipertensão, depressão pós-parto, aborto natural, prematuridade, baixo peso ao nascer entre outras. São também elencadas no artigo a falta de informação sobre as demais consequências da atividade sexual descuidada e ao sentimento adolescente no qual se imagina que nada poderá acontecer de prejudicial diante do uso incorreto dos métodos contraceptivos como a camisinha e a pílula ou até mesmo a prática do coito interrompido.

No que tange às relações afetivas, a adolescente passa do papel de filha para o papel de mãe, a família espera um comportamento mais responsável tanto em relação ao bebê como também em relação a ela, visto que dependendo do contexto social no qual está inserido, o advento da maternidade poderá ser considerado como um acontecimento normal, aceito ou até mesmo desejável.

Por fim, os autores destacam a importância familiar em relação ao diálogo e apoio dado aos adolescentes, entretanto não exigem o Estado de sua função nas áreas de promoção da saúde e educação, proporcionando políticas de prevenção e orientação “[...] prevenindo a

gravidez indesejada na adolescência e suas possíveis repercussões negativas” (OLIVEIRA et al, 2014, p. 20).

A família é o referencial para que o adolescente possa enfrentar o mundo e as experiências que ainda estão por vir. Mesmo diante de situações adversas, e até mesmo estruturas desgastadas são inegáveis o sentimento de que a família é o "porto seguro" que todos os jovens precisam ter. É essencial que ela participe e esteja mais presente na vida do adolescente apoiando-o, orientando-o, incentivando o diálogo e a escuta para que ele adquira segurança e confiança em seu meio familiar, evitando que se sinta perdido diante de acontecimentos como a gravidez precoce e outros que podem surgir em sua vida” (OLIVEIRA et al, 2014, p. 20).

Diante do exposto, em relação à gravidez na adolescência e como se dá a participação familiar, para que possamos compreender a totalidade que permeia o fenômeno, objeto de pesquisa e análise desta monografia, é visto a necessidade de expor outras esferas pertencentes à vida das (os) adolescentes que passam por essa experiência, como ficam os estudos, quais são os programas que prezam pelo direito e acesso à informação, como se dá a garantia das políticas públicas que atendam a essas necessidades. Portanto, no próximo capítulo será realizada a análise do levantamento bibliográfico focado na realidade social dos (as) adolescente que vivenciam em algum período o fenômeno da gravidez na adolescência.

3 IMPACTOS DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: REALIDADE SOCIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Neste capítulo a pesquisa realizada revela associação da gravidez na adolescência à questões voltadas para a realidade social, As esferas que permeiam o fenômeno estão interligadas com questões que envolvem saúde, educação, situações de vulnerabilidade, relações sociais, família e políticas públicas.

Dessa forma, o presente estudo é concentrado na análise da bibliografia que compreende a dificuldade de acesso, bem como o que o Estado proporciona no tocante ao direito desses adolescentes que vivenciam a gravidez.

3.1 GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: COMO É A REALIDADE SOCIAL VIVIDA

Os (as) adolescentes vivenciam uma fase que é caracterizada por um momento de descobertas, mudanças corporais, dúvidas e iniciação sexual. Essa fase poderá não ser vivida da mesma maneira para todos, onde fatores econômicos, organização familiar e acesso aos bens e serviços Estatais podem influenciar em seu desenvolvimento e possibilidades futuras.

Diante da ocorrência de uma gravidez na adolescência, é necessário que se compreenda como esses fatores incidem sobre a vida das (os) adolescentes.

Nesse sentido, será por meio da pesquisa bibliográfica pertencente à área de conhecimento do Serviço Social, que se realizará essa investigação buscando o enfoque que cada autor apresenta ao objeto desta monografia e as questões voltadas à realidade social dos (as) adolescentes.

O quadro a seguir indica quais materiais bibliográficos serviram de base para subsidiar a análise de conteúdo relacionado a este capítulo.

Quadro 6- Produções de TCCs e artigos sobre a temática, representando a categoria final de análise: Impactos da Gravidez na Adolescência: Realidade Social e as Políticas Públicas

(continua)

Tipo de Material	Título	Autor	Ano	Categoria final de análise
Monografia	Os significados da gravidez para as adolescentes atendidas no centro de referência do adolescente em Macaé-RJ	Natália Maria Fonseca Araújo	2011	
Monografia	Gravidez na Adolescência: um estudo com as mães puérperas do Instituto de Saúde Elpídio de Almeida (ISEA)	Tâmara de Oliveira Silva	2011	

(conclusão)

Tipo de Material	Título	Autor	Ano	Categoria final de análise
Monografia	Gravidez na Adolescência: reflexo da falta de orientação? Um debate acerca das informações prestadas	Andressa Dalila Gonzaga	2011	Impactos da Gravidez na Adolescência: Realidade Social e as Políticas Públicas
Monografia	Gravidez e Maternidade na Adolescência: um estudo com adolescentes Grávidas no Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF) de Queimadas – PB.	Euristânia Trajano Teófilo de Lima	2012	
Monografia	Gravidez na Adolescência: um estudo sobre as jovens mães atendidas no Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago	Fabiula Renilda Bernardo	2012	
Monografia	Gravidez na Adolescência: o caso de adolescente no centro de saúde da família Anastácio Magalhães - CE	Márcia Andrade dos Santos	2013	
Monografia	Que ela cresça e apareça! Gênero, corpo, poder e gravidez desejada entre as adolescentes do Colégio Estadual Rômulo Galvão, São Félix – BA (2012-2013).	Jussiana Silva dos Santos Rebouças	2014	
Monografia	Gravidez na Adolescência: um estudo realizado a partir de atendimentos no Centro de Saúde nº 11- da cidade de Ceilândia- DF	Maria Rejane da Silva Sousa	2014	
Artigo	A realidade social de mães adolescentes assistidas pelo Centro de Referência da Assistência Social- CRAS Monteiro Lagarto–SE.	Deise Thainá Costa da Silva e Soane Maria Santos Menezes Trindade Silva	2012	
Artigo	Itinerários e métodos do aborto ilegal em cinco capitais brasileiras	Debora Diniz e Marcelo Medeiros	2012	
Artigo	Gravidez na Adolescência e o Serviço Social	Ediléia Paula dos Santos Squizzato	2013	
Artigo	Gravidez na adolescência: uma consequência social	Raquel Renato de Souza Torres e Aluísio César Barbosa dos Santos	2015	

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da revisão bibliográfica sobre a temática gravidez na adolescência e classificação temática.

A primeira produção de conhecimento a ser analisada é de autoria de Natália Maria Fonseca Araújo, “*Os significados da gravidez para as adolescentes atendidas no Centro de Referência do Adolescente em Macaé*” de 2011.

Ao discorrer sobre adolescência, a autora evidencia a importância da família em seu desenvolvimento, nessa perspectiva são agregadas à discussão, questões de cunho econômico no qual se associam trajetórias escolares às condições financeiras familiares. Dessa forma,

sinaliza que a permanência escolar depende de como fatores econômicos incidem na organização familiar e como a desigualdade social os afeta.

[...] nas famílias onde os pais dispõem de condições financeiras para custear, mesmo que minimamente, as necessidades dos filhos, os mesmos permanecem mais tempo na casa dos pais [...]. Já nas famílias onde o jovem por necessidade precisa ingressar mais cedo no mercado de trabalho, vivencia o período da adolescência e da juventude de maneira mais breve (ARAÚJO, 2011, p 17).

Ao problematizar a questão da sexualidade na adolescência, Araújo (2011, p. 21) afirma que numa sociedade de fortes valores morais e religiosos, abordar determinado assunto não é uma tarefa fácil, porém necessário visto que “compreender que a sexualidade é algo inerente a natureza humana” poderá propiciar tanto o diálogo com a família, quanto a discussão escolar distanciada do proibicionismo e assim abrir espaço para um debate crítico e reflexivo sobre o assunto.

No que tange a gravidez na adolescência o fenômeno é colocado como “problema social” e que vem despertando o interesse de ações públicas, Araújo (2011) chama atenção para o entendimento negativo e de que a incidência do fenômeno ocorra principalmente em adolescente que estejam em situação de pobreza. Esse discurso é tanto compartilhado pela sociedade quanto por profissionais de diversas áreas como a saúde e assistência, que ao passo que consideram que o advento de uma gravidez na adolescência tenha conotação negativa e que seja no geral indesejada, não observam os reais “significados” que o fenômeno compreende. Apoiada nas considerações de alguns autores Araújo (2011, p. 26) ainda complementa que a gravidez pode sim, ser desejada e poderá ter diversas razões como “[...] carência afetiva, dificuldades no relacionamento familiar, necessidade de amparar alguém ou ser amparada, desejo de formar uma família e ser mulher”.

Diante do exposto, a autora citada afirma que discutir fatores econômicos e relacioná-los ao fenômeno da gravidez na adolescência é relevante, pois a situação econômica vivida por uma sociedade está intrinsecamente ligada ao seu comportamento e os valores que serão adotados. Nessa perspectiva se faz necessário segundo o texto, compreender as manifestações da questão social e como ela afeta os significados da gravidez vivenciada no ceio de famílias trabalhadoras.

A expressão surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVII: trata-se do fenômeno do pauperismo. Com efeito, a pauperização (neste caso, absoluta) massiva da população trabalhadora constituiu o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial. (NETTO, 1992, p.153 apud ARAÚJO, 2011, p. 32).

Como visto a questão social se expressa por meio do desemprego, pobreza, devido o modo de produção capitalista¹⁰, e neste sentido Araújo (2011, p. 35) ainda coloca que a intervenção Estatal se dá por meio das políticas públicas com a intenção de “ajustar o trabalhador aos interesses do capitalista”, tais ações se mostram em sua grande maioria ineficiente no trato das desigualdades sociais e demais expressões da questão social que podem levar a situação da gravidez na adolescência.

Ao discorrer sobre as políticas públicas que são voltadas para a saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes, a autora da monografia analisada, elenca várias iniciativas com esse propósito:

Em 1989, o Ministério da Saúde implementou o Programa Saúde do Adolescente – PROSAD, destinado para adolescentes de 10 a 19 anos, tendo como objetivo principal garantir aos adolescentes acesso à saúde, identificando grupos de riscos e detectando DSTs. Por meio do PROSAD foram criados também os Programas de Saúde da Família – PSF e de Agentes Comunitários de Saúde – PACS, todos destinados à área da saúde sexual e reprodutiva (ARAÚJO, 2011, p. 37).

Realizando o destaque, sobretudo em relação à Lei do Planejamento Familiar e o ECA, é colocado que pensar tal ação no trato do direito dos (as) adolescentes é considerar acima de tudo sua autonomia superando a lógica do controle coercitivo, oferecendo políticas de qualidade que possam de fato atender as necessidades dos (as) adolescentes.

Ao final Araújo (2011, p. 37) apresenta sua pesquisa realizada no CRA de Macaé, local que “visa garantir, portanto, a promoção da saúde considerando as particularidades desta etapa da vida: a adolescência”. Embora a precarização do espaço evidenciada pela falta de materiais e frágil infraestrutura, o Centro é visto como referência no atendimento de adolescentes de vários municípios. Diante da análise das entrevistas com adolescentes em vulnerabilidade social que vivenciaram em algum momento a maternidade, foi possível constatar que mesmo não podendo determinar diretamente que a gravidez precoce da mãe poderá gerar uma gravidez na adolescência, a autora coloca que “[...] os condicionantes sociais como: a falta de recursos e a negação no acesso aos direitos sociais podem influenciar na repetição da história” (ARAÚJO, 2011, p. 53), entretanto, mesmo que as mães adolescentes almejassem melhores condições de vida para seus filhos, a gravidez para a maioria foi um acontecimento desejado.

¹⁰ Discussão aprofundada no capítulo 4.

O próximo trabalho de conclusão de curso a ser analisado é a “*Gravidez na adolescência: um estudo com as mães puérperas do Instituto de Saúde Elpídio de Almeida (ISEA)*” de autoria de Tâmara de Oliveira Silva, de 2011.

O estudo em questão é realizado em uma instituição pública que de acordo com a autora, está vinculada a Secretaria Municipal de Saúde de Campina Grande- PB, o local realiza o atendimento no segmento de saúde para mães e filhos advindas de demandas espontâneas e referenciadas. As principais atividades realizadas no ISEA de acordo com Oliveira (2011, p.16) estão:

[...] desde o acompanhamento médico durante e após a gestação, o incentivo ao aleitamento materno, as campanhas de prevenção às doenças, planejamento familiar orientações acerca de métodos contraceptivos até informação sobre os direitos e deveres dos usuários do SUS.

No que tange a pesquisa, foram realizadas entrevistas com 22 adolescentes que estavam sendo atendidas pelo ISEA, Oliveira (2011) coloca que de acordo com os dados obtidos aponta-se que a gravidez precoce é identificada em maior ocorrência nas camadas mais pobres da sociedade, pois 100% de suas entrevistadas informaram que família teria renda menor que um salário mínimo. Para evidenciar essa afirmativa a autora em questão utiliza também de dados do Ministério da Saúde de 2010, onde existe o apontamento de que 26% das adolescentes que compõem famílias que vivem com menos de um salário mínimo tiveram filhos em idades entre 15 e 19 anos, já em estratos sociais com renda mais elevada esse número cai para 2,3%. Devido a essa situação acima descrita considera-se no texto que a perpetuação da pobreza se dá de forma que ao engravidar a adolescente poderá abandonar os estudos e assim não conseguir ingressar no mercado de trabalho ou mesmo ter mobilidade social com mudanças no padrão de vida.

Dessa forma, o direcionamento demonstrado por Oliveira (2011) em suas considerações, compreende que a gravidez na adolescência representa em suma, um problema que afetará tanto questões em relação à saúde da adolescente que vivencia a maternidade, quanto questões educacionais e econômicas.

Apoiada em índices que atestam grandes taxas de gestação em menores de 20 anos, a autora propõe que o debate sobre a proposta de enfrentamento dessa questão deva ser trabalhado de forma multidisciplinar para poder alcançar todas as esferas que o fenômeno compreende, por conseguinte ressalta que as informações prestadas aos adolescentes não deverão se limitar apenas sobre os métodos contraceptivos, pois o conhecimento sobre tal, suas entrevistadas demonstraram ter.

[...] sugere-se uma maior atenção aos programas de prevenção da gravidez na adolescência, tais como a educação sexual, junto à família e à escola; incentivo a criação de áreas de lazer e a formação de escolas profissionalizantes para ocupação desses jovens; formação de grupos de adolescentes, com a finalidade de trabalhar a contracepção e a sexualidade; organização de um programa de acompanhamento pré-natal específico para gestantes adolescentes, onde a família e o parceiro sejam parte integrante deste acompanhamento. (OLIVEIRA, 2011, p.22).

Como visto, embora o estudo focar nos aspectos negativos sobre o fenômeno é primado o direito dos (as) adolescentes no que tange o acesso à educação sexual, orientação e comunicação com a família e o mais importante é a reflexão que se faz acerca da necessidade da criação de programas para esse público. Nessa perspectiva observa-se a urgência de responsabilização Estatal no trato de questões sociais e de políticas públicas que atenderão essas demandas.

No estudo de Andresa Dalila Gonzaga, autora de *“Gravidez na Adolescência: Reflexo da falta de orientação? Um debate acerca das informações prestadas”* de 2011, inicialmente é visto que a temática abordada sobre a gravidez na adolescência é posta como uma expressão da questão social, visão esta também compartilhada pela autora da primeira monografia analisada.

Diante da observação da proposta textual, considera-se que a adolescência é uma fase de transição na qual a curiosidade e descobertas são também parte desse processo. Cabe ainda salientar que questões sobre a sexualidade são notórias nesse período e que a família desempenha um papel secular de orientação e educação sexual, contudo nem sempre esse papel será desempenhado da melhor forma, afirmando aqui a necessidade desse trabalho ser também realizado articulado com a escola (GONZAGA, 2011).

Apresentando uma analítica a despeito da gravidez na adolescência, Gonzaga (2011) confere que o fenômeno quando ocorre em famílias de camadas mais pobres afeta de forma diferente de como é enfrentado por adolescentes que estejam em famílias com maior poder aquisitivo, sendo que nestas famílias existe melhor condição de oferecer meios para que o (a) adolescente possa seguir o curso normal de sua vida. Em oposição a essa dinâmica, a gravidez adolescente em uma família que esteja em situação de vulnerabilidade social, poderá se tornar um fator a mais que dificulta a continuidade dos estudos, visto que existe a necessidade de utilização dos serviços prestados pelo Estado, como creches e escolas, e estes se mostram insuficientes devido a grande demanda, impossibilitam a entrada no mercado de trabalho ou retorno da rotina escolar, principalmente para a mãe adolescente.

Diante das declarações acima, ademais a autora destaca as iniciativas relacionadas à educação sexual nas escolas, onde os parâmetros curriculares nacionais a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 estabelecem que a temática deva ser trabalhada em todas as disciplinas, cada qual com sua forma específica.

Os parâmetros vêm com uma proposta diferenciada, de que a educação sexual no âmbito escolar tenha em sua abordagem uma perspectiva de trazer para o debate as mensagens que são transmitidas na mídia, nas famílias e na sociedade, a fim de que sejam problematizadas e discutidas no ambiente escolar. [...] a comunidade escolar e famílias devem ser informadas da realização e da importância dessa educação para que os mesmos possam fazer um trabalho conjunto de informação que suscite discussão e reflexão por parte dos alunos acerca de sua sexualidade (GONZAGA, 2011, p. 29).

As entrevistas que subsidiaram o trabalho de campo de Gonzaga (2011) foram realizadas com adolescentes grávidas ou em período de licença maternidade do Núcleo Formação e Trabalho- NUFT- no Curso de Aprendizagem da IDES/PROMENOR, localizado em Florianópolis, atuante na inserção, capacitação e acompanhamento de adolescentes entre 14 e 18 anos ao mercado de trabalho.

Foi possível compreender que a orientação sexual e o diálogo sobre assuntos análogos junto à família antes ou após a gravidez, foram considerados insuficientes e em relação à escola ainda prevalece a abordagem esporádica concentrada em atividades que pouco chamam a atenção ou mesmo não compreendem as reais dúvidas.

Quando questionadas sobre se em suas escolas, tiveram algum tipo de orientação sexual e de que forma era abordado este assunto [...] a principal categoria revelada na fala das adolescentes foi a de que em suas escolas não tiveram orientação sexual e quando tinham era de forma esporádica. E, naquelas onde foi indicado a orientação sexual no ambiente escolar, essa se concentrava em atividades como palestras sobre o uso de métodos contraceptivos ou aulas sobre o aparelho reprodutor e doenças sexualmente transmissíveis. Pode-se identificar que estas orientações não tinham uma seqüência, aconteciam raramente e eram focalizadas em formas de prevenção de doenças e gravidez indesejada. O que prevalecia era o ensino da utilização de métodos contraceptivos, como nos indicam os PCNs (1998) que a forma como vem ocorrendo a educação sexual nas escolas não está atingindo os objetivos propostos de prevenção a doenças sexualmente transmissíveis e a gravidez indesejada (GONZAGA, 2011, p. 54).

Em demais conclusões a autora destaca que a gravidez na adolescência não teria como causa a baixa escolaridade, tão pouco a falta de informação sobre os métodos contraceptivos, demonstrando que diversos são os fatores para ocorrência do fenômeno, entretanto afirma que o modo como a informação é passada influencia em como esta adolescente apreende os acontecimentos em sua vida. Portanto, o papel de profissionais e políticas públicas no trato

dessas questões é importantíssimo, sendo que segundo Gonzaga (2011) a intervenção deverá ser pautada na realidade social das adolescentes a quem se destinam as políticas e que elas possam ter abertura para discutirem suas perspectivas sobre o futuro e serem orientadas sobre as escolhas que farão.

Analisando a produção de conhecimento “*Gravidez e Maternidade na Adolescência: um estudo com adolescentes Grávidas no Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF) de Queimadas – PB*” de Euristânia Trajano Teófilo de Lima (2012), é possível compreender que o estudo realizado considera inicialmente percepções semelhantes de outras monografias já mencionadas, logo a autora aponta a gravidez na adolescência como problema social e de saúde pública.

Uns dos fatores possíveis para a ocorrência da gravidez que são elencados pela autora em questão se apresentam pela precariedade dos serviços públicos não somente na distribuição irregular e insuficiente dos métodos contraceptivos, mas também no tratamento discriminatório diante de possíveis dúvidas acerca da utilização deste, portanto “o adolescente pode não saber usá-lo da maneira correta” (LIMA, 2012, p.17).

Ao considerar a ideia de vulnerabilidade a autora coloca que vários aspectos da vida da adolescente estão envolvidos, tais como:

[...] sociais (condições de vida e acesso a serviços e cuidados sociais), institucionais (articulação/desarticulação de órgãos e serviços na promoção de saúde) e individuais (comportamentos que favoreçam uma maior exposição a problemas) na explicação e controle dos riscos de saúde aos quais essas jovens estão expostas (LIMA, 2012, p. 18).

Lima (2012) também realiza um recorte de gênero diante das consequências de uma gravidez na adolescência, para as mães a responsabilidade é maior, tendem a abdicar de anseios individuais para se dedicarem ao filho, podendo também ser abandonadas pelo pai da criança. Já para os homens que vivenciam a experiência enquanto adolescente, a paternidade quando não abortada no sentido do abandono do papel de pai, ela poderá representar algo positivo revelando a masculinidade ou mesmo a transição para a vida adulta.

Focando na temática que compreende este capítulo, o estudo revela ainda que o fenômeno representa um desafio no que tange as intervenções oriundas das políticas públicas, sobretudo nas áreas da saúde, educação e assistência social, pois se afirma que gravidez traz consequências não somente em relação aos problemas de saúde que podem incidir sobre a mãe e o bebê como a anemia, infecção urinária, problemas no momento do parto, baixo peso ao nascer e prematuridade, como também o agravamento de situações de vulnerabilidade

social, como: abandono escolar, falta de condições financeiras e as impossibilidades de inserção no mercado de trabalho.

Nessa perspectiva Lima (2012) relata em seu estudo, o processo de entrevistas que fora realizado na cidade de Queimados localizada no estado da Paraíba, a escolha das adolescentes entrevistadas seriam aquelas que estivessem vivenciando o fenômeno da gravidez e que estariam sendo acompanhadas pelo Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF)¹¹. Dessa forma, a primeira afirmativa concedida é a de que as adolescentes ainda estudantes poderão ter problemas na continuidade dos estudos, visto que a maternidade nesta fase é colocada como algo “desestruturador”, salienta-se ainda a perpetuação do ciclo da pobreza, pois o acesso das famílias de baixa renda aos serviços públicos é precário sendo que foi observado que metade das entrevistadas informou que a família sobrevive com menos de um salário mínimo por mês.

Interpreta-se, portanto, a necessidade do trabalho educacional a despeito da saúde reprodutiva e sexual possibilitando ao adolescente espaço para debate e informação colocando-o como sujeito de direitos e conscientes de que suas decisões serão tomadas diante de uma adequada orientação. Lima (2012) ainda destaca o papel do profissional não somente da saúde como de outras áreas, que ao realizar ações multidisciplinares conseguem preencher todas as lacunas que possam surgir diante do fenômeno da gravidez na adolescência articulando todo esse trabalho com a família, vista como “base primária de educação dos indivíduos” (LIMA, 2012, p. 29).

A próxima monografia que terá o seu conteúdo examinado será “*Gravidez na Adolescência: um estudo sobre as jovens mães atendidas no Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago*”, de Fabiula Renilda Bernardo, 2012.

Diante da temática abordada, no que tange a gravidez na adolescência a autora problematiza não haver um consenso de outros pesquisadores em relação às complicações de uma gravidez em adolescentes tão pouco, o que as motivam. Tais complicações vão desde os problemas de saúde que afetam a mãe e o bebê devido justamente a pouca idade da genitora, não tendo condições fisiológicas adequadas para gerar uma criança, em contrapartida outros autores segundo Bernardo (2012) identificam que as maiores complicações se dão por questões de cunho social, onde as mães não receberam a atenção devida, não fizeram o pré-

¹¹ “O NASF desenvolve diversos projetos como Gestante de alto risco, Terapia comunitária, Caravana da saúde, Grupo do climatério, Projeto de Toronto, Educar com o povo, Sala de espera, Programas antitabagismo e atendimento clínico nutricional nas creches, além de atividades como consultas domiciliares, atendimento grupais e individuais, oficinas, trabalhos educativo nas escolas e creches” (LIMA, 2012, p. 23).

natal por dificuldade de tornar pública a gravidez, foram abandonadas pelo parceiro, a precariedade no acesso e serviços prestados pela rede pública de proteção, questões socioeconômicas, baixa escolaridade, enfim.

Entretanto, consideram-se também os aspectos positivos que a gravidez poderá trazer para a adolescente, dessa forma é necessária que se faça uma análise aprofundada desse fenômeno, não considerando apenas os aspectos objetivos ligados a saúde pública como também a subjetividade que o acontecimento comporta. Em razão do exposto, Bernardo (2012) indaga que é preciso que se considerem diferentes aspectos sociais e significados atribuídos à gravidez na adolescência para que se possa pensar estratégias de intervenção e políticas públicas que ofereçam aos adolescentes a preservação de seus direitos sexuais e reprodutivos e assim evitar a gravidez indesejada e estimular a conscientização das escolhas realizadas.

Bernardo (2012) realiza seu estudo no Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago (HU)¹², o local “[...] é uma instituição pública federal ligada à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e ao Ministério da Educação” (BERNARDO, 2012, p.28). Contempla a pesquisa a análise de 45 prontuários a fim de traçar o perfil das adolescentes entre 12 e 18 anos atendidas na maternidade do hospital e que tiveram o parto acompanhado pelo Serviço Social.

Diante da referida análise os resultados demonstram que a maioria das adolescentes estava vivenciando a primeira gestação e não apresentaram problemas de saúde durante esse período afastando a ideia, ao menos em relação às adolescentes pesquisadas, de que a gestação precoce pressupõe necessariamente riscos à saúde devido à imaturidade fisiológica como descrito anteriormente o mesmo se aplica aos bebês, onde foi descrita “uma maior incidência de baixo peso da criança ao nascer e/ou a prematuridade, [...] somente em seis (06) nos casos pesquisados” (BERNARDO, 2012, p. 42). Considera-se também que 35 das adolescentes no presente estudo, não desejaram a gravidez, não concluíram o ensino fundamental, 33 já não estavam mais estudando e mantinham sua dependência financeira em relação aos pais e companheiros.

De acordo com Bernardo (2012), é evidente que o aporte oferecido em relação à educação deixou a desejar, percebendo a falta de iniciativas que oferecessem condições que

¹² “A instituição atende a população da Grande Florianópolis, assim como a população advinda de outros municípios do Estado de Santa Catarina, oferecendo atendimento de emergência, ambulatorial e de internação nas áreas de Clínica Médica I, II, III, Clínica Cirúrgica I, II, Ginecologia, Maternidade (Alojamento Conjunto e Unidade Neonatal), Pediatria e Tocoginecologia” (Hospital Universitário, 2012 apud BERNARDO, 2012, p. 28).

mantivessem as adolescentes estudando, nessa perspectiva é notado que a família é quem oferece o real apoio ficando por vezes sobrecarregada com excessiva responsabilização, o que mostra a ausência Estatal.

Em suma, deverá se considerar também as adolescentes que poderão não receber esse apoio familiar onde sua situação é ainda mais agravada pela falta de política pública que realize essa função de proteção. Nesse sentido, é salientada a importância do trabalho do profissional de Serviço Social, que atuante sobre a questão social e suas diversas expressões, poderá agir sobre o fenômeno da gravidez na adolescência, realizando intervenções pautadas no conhecimento sobre a realidade da adolescente, bem como no esclarecimento de seus direitos e os meios para garanti-los (BERNARDO, 2012).

A monografia de Márcia Andrade dos Santos, “*Gravidez na adolescência: o caso de adolescentes no Centro de Saúde da Família Anastácio Magalhães – CE*” (2013) consiste em um estudo realizado no Centro de Saúde da Família Anastácio Magalhães, localizado em Fortaleza. Para subsidiar a pesquisa, foram entrevistadas 10 adolescentes entre 12 e 17 anos de idade.

Vale salientar que ao discorrer sobre o fenômeno supracitado, a autora traz uma discussão interessante e inédita sobre a diferença entre maternidade e gravidez, abordagem esta que não fora percebida diante das análises realizadas nas produções de conhecimento anteriores.

Baseada nas considerações do autor Maldonado (1980), Santos (2013) coloca que a gravidez remete-se a questões propriamente biológica na qual se inicia na concepção e termina no momento do parto e mesmo sendo temporário o evento exige atenção e cuidado com a gestante e o feto, já em relação à maternidade, o conceito é remetido como um acontecimento que ressalta sobretudo o envolvimento afetivo de amor, cuidado e zelo. Quando envolvidos, a gravidez e a adolescência são necessárias que as atenções sejam intensificadas, considerando-os períodos nos quais as particularidades são inerentes e que causam variadas transformações que afetam tanto o psicológico, emocional quanto a esfera social a qual a adolescente pertence.

Santos (2013) destaca que o debate sobre a gravidez na adolescência não deve ser abordado apenas na dimensão de problema de saúde pública e dos riscos inerentes à gestação precoce, considerando que o acontecimento também sofre influências do meio social e cultural de cada sociedade:

[...] ao nível de uma dimensão mais ampliada, onde os contextos individuais e relacionais se inserem, convém assinalar as condições sociais e económicas da adolescente grávida. Durante a construção deste trabalho, temáticas nos indicaram que as condições sociais de um estatuto socioeconómico baixo, é uma das variantes antecedentes da gravidez na adolescência e que a pobreza se apresentaria como o melhor preditor deste fenómeno (SANTOS, 2013, p 39).

Diante do exposto, os impactos sociais que antecedem e sucedem o fenómeno são representados pela pobreza, transtornos familiares, aumento das despesas, uma vez que a adolescente não tem condições de prover o seu sustento e nem o da criança. Nessa perspectiva em virtude da primeira gestação ter sido precoce, há que se considera uma possível repetição do evento, dessa forma é exigido da adolescente que ela tenha uma postura diferente, com mais responsabilidade. Santos (2013) aponta algumas consequências da gravidez na adolescência:

[...] necessitará desempenhar determinadas tarefas e papéis, mesmo que não estejam preparadas do ponto de vista cognitivo, emocional, social e ao nível do desenvolvimento. Sua relação com pares e grupo de amigos irá traduz-se a partir da maternidade, em menor disponibilidade para atividades de lazer, o que pode acarretar maior insatisfação com a vida por parte dessas adolescentes com história de gravidez. Assim, todas essas implicações de eixo psicossocial na gravidez durante a adolescência pode desencadear na interrupção da gestação. Nesse caso, o aborto se manifesta como a única saída para as adolescentes, e estas arriscam suas vidas quando decidem interromper a gravidez, utilizando-se de quaisquer recursos que tenham a mão, sendo muitas vezes esta decisão solitária e clandestina (SANTOS, 2013, p.44).

No que tange às políticas públicas e iniciativas voltadas especificamente para os direitos dos (as) adolescente, destacam-se pela autora supracitada, a promulgação do ECA em 1990¹³, a promulgação da Lei nº 6.202/75 que rege sobre o direito do exercício domiciliar a adolescente a partir do oitavo mês de gestação e três meses no pós-parto, resguardando o direito ao acesso e continuidade de seu estudos, a criação da Caderneta de Saúde do Adolescente (CSA) criada pelo Ministério da Saúde com intenção de introduzir o debate sobre saúde e educação no tocante a educação sexual, orientação e possíveis dúvidas relacionadas também à gravidez que acontece precocemente e às doenças sexualmente transmissíveis e por fim, o Programa Saúde do Adolescente (PROSAD) que se caracteriza:

¹³ “[...] todas as crianças e adolescentes passam a ser tratados como sujeitos de direitos, nas diversas condições sociais e individuais. Esse novo direcionamento dá cumprimento aos compromissos internacionais assumidos na Convenção Nacional dos Direitos da Criança das Nações Unidas e regulamenta o artigo nº 227 da Constituição Federal de 1988” (SANTOS, 2013, p 48).

[...] pela integralidade das ações e pelo enfoque educativo preventivo, com o objetivo de promover a saúde integral do adolescente, favorecendo o processo geral de crescimento e desenvolvimento, buscando reduzir a morbimortalidade e os desajustes individuais e sociais; normatizar as ações consideradas nas áreas prioritárias; estimular e apoiar a implantação e/ou implementação dos Programas Estaduais e Municipais, na perspectiva de assegurar ao adolescente um atendimento adequado às suas características, respeitando as particularidades regionais e a realidade local; promover e apoiar estudos e pesquisas multicêntricas relativas à adolescência; contribuir com as atividades intra e interinstitucional, nos âmbitos governamentais, visando a formulação de uma política nacional para a adolescência e juventude, a ser desenvolvida nos níveis Federal, Estadual e Municipal (SANTOS, 2013, p.52).

Em vista dos resultados obtidos nas entrevistas foi possível constatar que a gravidez na adolescência implicou na evasão escolar de 90% das entrevistadas, a maioria delas não estabelecia um diálogo aberto com os pais sobre sexo e 70% relatou ter conhecimento sobre os métodos contraceptivos. Nessa perspectiva, Santos (2013) reafirma que é necessária considerar a ideia de que a adolescente poderá sim, desejar uma gravidez e visto que mesmo conhecedoras dos métodos contraceptivos, não é garantido que saibam as formas corretas de utilização e se farão uso em todas as relações sexuais.

Dessa forma a gravidez na adolescência é representada como um desafio para as políticas públicas, onde a atenção deverá ser direcionada ao direito e acesso à escola, saúde, bem estar e lazer priorizando também os direitos sexuais e de escolha destacando que as desigualdades sociais tem evidente impacto no futuro dessas adolescentes.

No estudo referente à penúltima monografia analisada, da autora Jussiana Silva dos Santos Rebouças (2014) “*Que ela cresça e apareça! Gênero, corpo, poder e gravidez desejada entre as adolescentes do Colégio Estadual Rômulo Galvão, São Félix – BA (2012-2013)*” o referido estudo concentrou as entrevistas entre adolescentes mães e gestantes, estudantes do Colégio Estadual Rômulo Galvão (CERG) localizado no bairro São Felix, Bahia.

A autora indaga alguns debates a respeito do motivo pelo qual a gravidez na adolescência seria considerada como indesejada na esfera social e quais significados ela poderia ter para adolescente, contudo é posto que embora se tenha uma perspectiva social e econômica que desenha os comportamentos dos indivíduos, esses por sua vez também tem o poder decisório de suas ações.

Para além das determinações estruturais, como se o destino de cada classe e ou geração estivesse traçado e totalmente explicado pelo sistema econômico e ou cultural de uma dada realidade, existem sujeitos que aprendem com as imposições da sociedade e paralelamente as reconstroem segundo escolhas pessoais e ao mesmo tempo influenciadas pelo ambiente social (REBOUÇAS, 2014, p. 43-44).

O foco dado à produção de conhecimento em questão é o de que a gravidez foi desejada, embora tenha acontecido na adolescência e que por vezes colocada como fator problema no desenvolvimento de possibilidades futuras para as adolescentes no que concerne emancipação financeira, continuidade dos estudos e estrutura familiar, e que ligada à pobreza é colocada como expressão da questão social. “Dessa forma, a pesquisa centrou-se em trajetórias ditas improváveis: adolescentes mães que continuam a estudar e a planejar vidas. Aliás, um filho muitas vezes torna-se símbolo de mais esforço e determinação para o sucesso profissional da adolescente.” (REBOUÇAS, 2014, p. 48).

Em vista do exposto foi constatado nas entrevistas que a maior parte das adolescentes não está inserida no Programa Bolsa Família, desmistificando a ideia que “[...] divulgam a gravidez na adolescência como instrumento de inserção em programas focalizados de redistribuição de renda” (REBOUÇAS, 2014, p. 52), prevalecem nos resultados a afirmativa de que as adolescentes eram conhecedoras dos métodos contraceptivos e que o apoio tanto familiar quanto do companheiro, pai do bebê se mantém presentes antes e pós-gestação em relação aos cuidados também com a criança.

Ao final é destacado por Rebouças (2014) que mesmo que o fenômeno apresentando se configure de maneiras diferentes diante de uma ampla realidade “os discursos da medicina giram em torno de despreparo biológico da adolescente em gerar uma criança, dar à luz e amamentá-la, como se o seu corpo ainda não estivesse totalmente preparado para tal funcionalidade.” (REBOUÇAS, 2014, p.77). Diante dessa afirmativa há que se considerar que a visão negativa da gravidez na adolescência, percebida pela autora em muitas produções de conhecimento, não é uma realidade universal, representando assim a necessidade das políticas públicas serem pensadas de forma a compreender as variadas significações do fenômeno tendo na escuta e na participação dos sujeitos sociais, referenciais de ações abrangentes.

O último trabalho de conclusão de curso que terá o seu conteúdo examinado será “*Gravidez na Adolescência: um estudo realizado a partir de atendimentos no Centro de Saúde nº 11- da cidade de Ceilândia- DF*”, da autora Maria Rejane da Silva Sousa (2014).

É defendida a visão negativa sobre o fenômeno destacando as implicações que ele poderá trazer para a vida da (do) adolescente que o vivencia. “Quando esse fenômeno ocorre ocasiona vários conflitos para os adolescentes, tanto para os meninos e principalmente para as meninas que sofrem muitas dificuldades.” (SOUSA, 2014, p.15).

Associando a gravidez a possíveis problemas de saúde e implicações sociais a autora coloca possíveis consequências de uma gestação não planejada tais como: abandono escolar,

rejeição familiar, vergonha, desespero, abandono do companheiro e rompimento do ciclo de amizades.

Diante dessas implicações, Sousa (2014) realiza seus estudos baseando-se em entrevistas realizadas com adolescentes que aguardavam o atendimento do pré-natal. As conclusões a partir dos dados foram de que as adolescentes não tinham um diálogo franco sobre sexualidade com a família, o acesso às informações por meio da escola é percebido que não acontece em sua totalidade e mesmo que os temas sobre sexualidade, métodos contraceptivos e gravidez, apareçam no debate escolar o (a) adolescente poderá não considerá-lo interessante, ocasionado em falta de informação. Os estudos não são mais prioridade, mas sim o cuidado com o bebê e o provimento de seu sustento, revelando alterações nos projetos de vida das adolescentes.

Em suma, no que se refere à atenção à proteção e viabilização dos direitos dos (as) adolescentes, são destacadas pela autora o PROSAD de 1989, já mencionado anteriormente, destacando a inserção da dimensão da educação sexual no programa a partir das normativas do ECA de 1990 e o Programa de Atenção Integral à Saúde do Adolescente (PRAIA), que é implantado no Distrito Federal em 1991, com o compromisso no atendimento no âmbito da saúde dos (as) adolescentes e suas famílias. Entretanto, ao final é colocado por Sousa (2014) que embora existam políticas comprometidas com a saúde, orientação e educação sexual e reprodutiva dos (as) adolescentes os desafios se materializam pela dificuldade justamente pela implantação dos programas, fato esse exemplificado pela inexistência do PRAIA, nas atividades desempenhadas no Posto de Saúde nº 11 de Ceilândia, local escolhido pela autora para o referido estudo.

Com vista a ter material em quantidade substancial para análise, foram agregados ao presente estudo, três artigos que terão o seu conteúdo analisado por se encaixarem na categorização deste capítulo.

O primeiro artigo é de autoria de Deise Thainá Costa da Silva e Soane Maria Santos Menezes Trindade Silva *“A realidade social de mães adolescentes assistidas pelo Centro de Referência da Assistência Social- CRAS Monteiro Lagarto–SE”* de 2012.

É realizado um estudo que tem por objetivo principal traçar o perfil socioeconômico tanto das mães adolescentes, quanto de suas famílias. O local escolhido para ter acesso às entrevistas foi o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS Monteiro, situado na cidade de Lagarto em Sergipe.

Em referência ao fenômeno da gravidez na adolescência, Santos e Silva (2012) consideram que este poderá tanto representar impasses quanto possibilidade para a adolescente,

sendo necessário que as atuações frente a essa questão, deverão abranger diversas áreas onde se materializam o direito e o cuidado visto que as políticas serão presentes em áreas como a assistência, saúde e educação.

Diante do exposto, as autoras evidenciam em sua produção o papel de agentes responsáveis pela proteção do direito dos (as) adolescentes destacando também o papel socializador da escola e das mídias no tocante ao desenvolvimento desses sujeitos.

De acordo com o Plano Nacional da Promoção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes- CONANDA (2006) a doutrina jurídica considera a criança e adolescente como sujeito de direitos, pois a palavra “sujeito” classifica a criança e o adolescente como indivíduos dotados de personalidade e vontade próprias, onde na sua relação com o adulto não podem ser tratados como “objetos”, pois eles devem ser ouvidos e considerados segundo suas capacidades e desenvolvimento.

A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA trazem em seus artigos a proteção integral e respeito aos direitos destes usuários, mostrando que estes direitos precisam ser efetivados e que devem ser asseguradas todas as necessidades básicas da criança e do adolescente (SANTOS; SILVA, 2012, p. 8).

Considerando as esferas responsáveis por garantir os direitos dos (as) adolescentes, entre a sociedade em geral e o Estado existe a família que é colocada pelas autoras supracitadas, como “[...] foco principal para atendimento e intervenção das ações das políticas sociais públicas, [...]. Contudo, é preciso que estas políticas venham integrar todos os seus membros, visando fortalecimento no interior das relações sociais” (SANTOS; SILVA, 2012, p.10). Contudo, em virtude das desigualdades sociais observadas na realidade brasileira o que é de fato vivenciado é o descaso por parte do Estado no trato dessas questões, nesse sentido é necessário que sejam potencializadas ações que visem o acesso à educação, saúde e demais direitos já previstos na constituição de 1988, “[...] para que haja o desenvolvimento humano e da sua dignidade, minimizando as situações de vulnerabilidade social [...]” (SANTOS; SILVA, 2012, p.11).

Por fim, no que tange a pesquisa de campo, é exposto que as mães adolescentes apresentam baixa escolaridade devido ao abandono dos estudos motivado pelo advento da gravidez, entretanto recebem o apoio da família e/ou do companheiro, é necessário salientar que a grande maioria não planejou a gestação e 80% informou que não pretende ter outro filho. Nas entrevistas observa-se também que 40% das adolescentes nunca participaram de projetos e programas que visassem a capacitação ou inclusão social, em virtude desse dado, Santos e Silva (2012, p.16) afirmam que:

Com isso é imprescindível ressaltar a importância da existência de programas e projetos voltados para inclusão social destas pessoas, seja em programas de saúde,

educação e profissionalizante, pois esta inclusão pode ajudar a diminuir os problemas existentes, contribuindo na formação de um melhor e mais amplo projeto de vida profissional dos adolescentes, trazendo benefícios e melhorias na qualidade de vida destas pessoas.

Nessa perspectiva 100% das famílias informaram que participam ou já participaram de algum projeto social, 80% recebem o Bolsa Família e “[...] 20% já participaram de projetos existentes no CRAS Monteiro, especificamente no grupo de convivência de gestantes [...]” (SANTOS; SILVA, 2012, p.17). Nesse sentido, as autoras revelam a necessidade do Estado valorizar a família por meio das políticas sociais para que elas venham a ter melhores condições de vida e direitos garantidos.

Portanto, é visto que a realidade social das adolescentes gestantes que protagonizaram o estudo de Santos e Silva (2012) é vista como meio em que as expressões da questão social se apresentam. Nesse sentido as autoras colocam que situações de pobreza, moradias precárias, o baixo nível de escolaridade, falta de informação ou uso inadequado dos métodos contraceptivos, são tidas como predominantes, contudo é visto que mesmo diante das vulnerabilidades apresentadas, as famílias estão presentes na vida das adolescentes oferecendo o cuidado e a proteção que não chegam por parte do Estado.

O próximo artigo científico abordado nesse capítulo será “*O Itinerários e métodos do aborto ilegal em cinco capitais brasileiras*” da autora Debora Diniz e do autor Marcelo Medeiros (2012).

O debate cerne do conteúdo analisado é concentrado no detalhamento das características das mulheres que realizaram ao menos um aborto ilegal, compreendendo também como questão de interesse, os itinerários, que são entendidos aqui como “[...] o percurso adotado pelas mulheres desde a identificação do atraso menstrual até os cuidados pós-aborto” (DINIZ; MEDEIROS, 2012, p. 1672) e os métodos que foram utilizados.

Diante de uma abordagem diferente do que vem sendo apresentado até o momento no tocante à gravidez ocorrida na adolescência, o texto explana sobre o aborto tido como uma prática comum realizada pelas mulheres e que de acordo com Diniz e Medeiros (2012), baseados em sua pesquisa, ocorre mais precocemente aos 12 anos e apresenta maior incidência aos 17 anos.

Os resultados das entrevistas que ofereceram contribuições pertinentes ao que se discute nesse capítulo revelam que “[...] metade das adolescentes que realizaram dois abortos já tinha ao menos um filho à época do primeiro aborto. [...]. A combinação de chás, líquidos e ervas seguida de finalização em hospital foi um percurso típico das adolescentes negras, com

baixa escolaridade (ensino fundamental), cuja idade mais frequente foi 16 anos.” (DINIZ; MEDEIROS, 2012, p.1675).

É evidenciado pela pesquisa que mulheres mais jovens fizeram menos uso do remédio abortivo cytotec, tendo como alternativa os chás ditos “poderosos para fazer a menstruação descer”, tais como: o buchinha-do-norte, arruda, sena e o boldo e as casas onde se realizam abortos. Em relação à rede de cuidados, quem acompanha as adolescentes no processo são as mães e/ou amigas, e quando o aborto é finalizado no hospital os maus-tratos relatados pelas adolescentes que o descrevem “[...] como julgamento moral, ameaças de denúncia à polícia, maneiras brutas no contato físico, internação em quartos coletivos com mulheres com recém-nascidos ou longa espera até o atendimento” (DINIZ; MEDEIROS, 2012, p.1678).

Em suma, é visto que como já mencionado a frequência dos abortos se dão antes dos 19 anos de idade e entre negras, entretanto Diniz e Medeiros (2012, p.1680) afirmam que “[...] não é possível avaliar em que medida estes resultados refletem particularidades das mulheres entrevistadas e tampouco o quanto eles podem ser extrapolados para outras partes do Brasil”, em razão da pesquisa ser realizada apenas em cinco capitais brasileiras: Belém, Brasília, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador e contemplar uma amostra de 122 mulheres.

O que se pode ter como conclusão a partir do que foi descrito acima é de que em vista de uma gravidez não desejada, o aborto poderá ser uma das consequências e que essa realidade diante de um recorte socioeconômico, nos evidencia que adolescentes negras e em situação de vulnerabilidade social são mais propensas a viver essa situação, demonstrando assim, que as políticas públicas têm como desafio alcançar justamente as camadas da sociedade que ainda hoje se encontram desprotegidas pelo Estado sem o acesso aos serviços de saúde, educação e assistência.

A penúltima produção de conhecimento analisada é da autora Ediléia Paula dos Santos Squizatto, “*Gravidez na adolescência e o Serviço Social*” de 2013.

O discurso sobre a gravidez na adolescência descrito nesse artigo compartilha das ideias já apresentadas, a de que o fenômeno tem status de expressão da questão social. Diante de situações de vulnerabilidade, as adolescentes estão expostas e poderão optar, mesmo que de forma inconsequente, pela gravidez. Squizatto (2013) destaca que essa escolha poderá ser motivada pela falta de projeto de vida, falta de afeto ou até mesmo como meio para conseguir a sua emancipação ao sair da casa dos pais.

Entretanto, a autora coloca que mesmo que o fenômeno possa ser visto como algo natural a depender do meio social em que as adolescentes estão inseridas é necessário

salientar a importância de se discutir a respeito, pois o acontecimento gera implicações negativas na vida dessas adolescentes.

Muitas são as questões enfrentadas por adolescentes grávidas: ausência de apoio da família, de reconhecimento de paternidade, a imposição de casamento pelos pais, entre outras. E ainda sofrem críticas por parte dos familiares dado às pressões sociais envolvidas ou devido a problemas financeiros. [...]. Sendo assim, as repercussões da gravidez na vida dos adolescentes são diversas sendo determinado pelo contexto social no qual os mesmos estão inseridos, o que torna fundamental a efetividade da Política de Saúde do Adolescente (SQUIZZATTO, 2013, p. 18-19).

Para tanto, é preciso que o foco seja voltado para articulação de políticas que se orientem no sentido de preservar e efetivar direitos não desconsiderando a fase peculiar vivenciada pelos (as) adolescente que é “[...] caracterizada por transformações físicas, psicológicas e sociais e pela descoberta da sexualidade sendo assim período marcado por sentimentos de medo, dúvidas e ansiedade o que a torna mais complexa no advento de uma gravidez” (SQUIZZATTO, 2013, p.21).

Por fim, o artigo científico analisado e que finalizará o capítulo será “*Gravidez na adolescência: Uma consequência social*” de autoria de Raquel Renato de Souza Torres e Aluísio César Barbosa dos Santos (2015).

O estudo tem o foco direcionado à revisão da literatura a respeito do tema em questão destacando o papel da educação. Nesse sentido referindo-se à sexualidade e ao direito de acesso à orientação os autores colocam que “a educação entra como um caminho para a transformação da consciência individual, criando assim, meios para se evitar problemas maiores” (TORRES; SANTOS, 2015, p.72).

Ao iniciar a discussão sobre a questão da socialização das informações para os (as) adolescentes no âmbito escolar, os autores inferem que quando os assuntos tratados são a respeito da sexualidade, órgãos genitais ou masturbação é percebido que causam desconforto e vergonha o que revela que os (as) adolescentes não tem um diálogo franco com família que os proporcione segurança, o que pode gerar de acordo com Torre e Santos em grandes prejuízos.

[...] não falar acarreta grandes consequências na formação desses indivíduos que ficam com dúvidas de como proceder em sua primeira relação sexual, de como usar uma camisinha, de como agir diante de uma gravidez indesejada ou desejada. Necessita-se de uma maior abertura para temas deste tipo em escolas, família e sociedade. [...]. E é com este conhecimento e responsabilidade que teremos jovens preparados para enfrentar diversas situações na gravidez etc (TORRES; SANTOS, 2015, p.70).

Em referência ao fenômeno da gravidez quando ocorre na adolescência, essa por sua vez, poderá ser vista não só como um problema restrito ao sexo feminino, mas também ao masculino visto que “a fecundação não acontece de forma assexuada, mas sexuada” (TORRES; SANTOS, 2015, p.72). Em virtude dessa colocação é exemplificado um estudo que revela os motivos mais frequentes para não utilização da camisinha como método contraceptivo, onde a informação de que poderia atrapalhar o momento “quebrando o clima” aparece com maior incidência, seguida da afirmativa de não haver necessidade do uso por confiarem no (a) parceiro (a). Observa-se, portanto, que a falta de informação sobre prevenção e a não utilização dos métodos contraceptivos se apresentam como a maior problemática em possíveis ocorrências da gravidez na adolescência.

Dessa forma Torres e Santos (2015) evidenciam a necessidade de que ações sejam baseadas na consciência e responsabilidade focando no compromisso que deverá ser adotado pelo Estado e sociedade na garantia dos direitos dos (as) adolescentes preservando justamente uma fase de descobertas que curiosidades.

4 SERVIÇO SOCIAL E A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

O presente capítulo pretende relacionar o Serviço Social e o fenômeno da gravidez na adolescência de acordo com os temas apresentados nos materiais pesquisados pertencentes à área de conhecimento em questão. Dessa forma, se faz necessário primeiramente compreender o histórico do Serviço Social e como se configurou a profissão para que se possam alcançar todas as esferas que o fenômeno supracitado apresenta e considerar que o tema objeto de investigação, possibilita ao assistente social que a sua intervenção e apreensão sobre a gravidez na adolescência possa se materializar de variadas formas.

4.1 SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

A reflexão que se faz acerca do surgimento do Serviço Social como profissão compreende anteriormente o cenário histórico da revolução industrial do século XIX, na qual se destacou a grande massa de trabalhadores sem trabalho, a classe pauperizada da população e suas mazelas devido à insalubridade nos postos de trabalho, a precariedade em relação à alimentação e saúde. De acordo com Silva (2008) a igreja Católica se tornou o mecanismo atuante nesta área, no momento que reconhece as péssimas condições de vida em que estava inserida a maior parte da população, porém não atuava no rompimento com a condição de subalternidade da classe trabalhadora. A partir da encíclica do Papa Leão XIII- Rerum Novarum que tinha seu eixo estruturante na responsabilização do Estado e a defesa da propriedade e da família discute-se a questão social que assolava as classes inferiores.

A questão social é entendida no presente estudo, a partir das considerações realizadas por Iamamoto e Carvalho (2006, p. 77):

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão.

Dado momento histórico, a Igreja buscava reiterar seu posto de poder¹⁴ que ocupava antes da ascensão do capitalismo, dessa forma suas atitudes passaram a ser pautadas no

¹⁴ “Na Idade Média, a Igreja fora poderosa no plano econômico e político, na medida em que controlava grandes propriedades, e funcionava não apenas como sistema de legitimação, mas também de controle ou de ordem

catolicismo social. No Brasil, esse tipo de atenção e intervenção se deu em 1930 e foi nesse cenário que surgiram as primeiras escolas de Serviço Social. De acordo com Silva (2008), apoiada em autores com grande produção na área, a emergência do Serviço Social se deu a partir de novas formas de enfrentamento da questão social, abordada acima, na qual exigia um tratamento dos problemas sociais de forma mais qualificada. A igreja passou a investir na formação de intelectuais católicos; os cursos que eram oferecidos requeriam que a pessoa que o fizesse tivesse vocação para as atividades que seriam desempenhadas na ação social, estas pessoas foram denominadas de pioneiras:

A iniciativa de se criar uma escola de Serviço Social partiu dessas mulheres, cristãs e comprometidas com o combate às injustiças sociais. Vinculadas (os) quase todos (as) a Ação Católica-movimento com mais de 36 anos de militância no Brasil- as (os) pioneiras (os) participaram da construção de uma nova mentalidade cristã a partir de uma metodologia participativa da igreja Católica: ver julgar e agir (SILVA, 2008, p. 86).

A questão social passou a chamar também a atenção do Estado que requisita o profissional para agir sobre o fenômeno. De acordo com Iamamoto e Carvalho (2006) o Estado passa a ser um o grande incentivador da formação técnica deste tipo de profissional, “o Assistente Social passa a receber um mandato diretamente das classes dominantes para atuar junto à classe trabalhadora” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 83). Portanto a sua demanda não parte do público alvo de sua atuação e sim do patrão que é quem o remunera.

O Estado, ao centralizar a política sócio-assistencial efetivada através da prestação de serviços sociais, cria bases sociais que sustentam um mercado de trabalho para o assistente social, que se constitui como um trabalhador assalariado. [...] O Serviço Social deixa de ser um mecanismo da distribuição da caridade privada das classes dominantes - rompendo com a tradicional filantropia- para se transformar em uma das engrenagens da execução das políticas públicas e de setores empresariais, que se tornam seus maiores empregadores (IAMAMOTO, 2008, p. 171).

Reafirmando este momento no qual o Serviço Social passa a responder às demandas apresentadas pelo Estado que representava a classe dominante, num cenário político da década de 40, o profissional é inserido no trato de atividades institucionais que segundo Oliveira (1996) tem início por meio das ações desenvolvidas no Instituto de Pensões e Aposentadorias, no qual “o objetivo da ação profissional seria a humanização da estrutura

social. Nos séculos seguintes, a Igreja perde a importância econômica e vê seu poder político erodir-se à medida que o Estado capitalista laico assume o papel de regular a ordem social, mas conserva ainda um papel ideológico legitimador importante” (PEREIRA, 2004, p. 529).

previdenciária, dando-lhe conteúdo social e reconciliando a máquina administrativa com a massa segurada, incorporando-a a instituição” (OLIVEIRA, 1996, p. 113).

À medida que o capitalismo avança na história, a questão social, para qual o profissional foi chamado a intervir, cresce apresentando diversas expressões nas áreas do trabalho, educação, assistência, saúde, enfim¹⁵. O Serviço Social passou a incorporar os ideários norte-americanos como modelos de intervenção, onde a prática profissional era materializada no serviço de caso, grupo e comunidade que de acordo com Silva (2008) estes modelos objetivavam sobretudo o ajuste do indivíduo à sociedade. Vale ressaltar que esse momento histórico representa para Oliveira (1996) uma inicial tentativa de teorização e sistematização do conhecimento e do trabalho do assistente social, contudo pautados na linha de pensamento positivista¹⁶.

Já nas décadas de 60 a 70, o cenário político no qual o Serviço Social se encontrava, era caracterizado pelo golpe militar que segundo Silva (2008, p. 105-106) “[...] erigiu-se um estado antinacional, antidemocrático e centralizador da produção e acumulação, que privilegiou os monopólios e foi garantido, ideologicamente, pela doutrina de segurança nacional que agia pela repressão, mas também pelo consenso”.

Na tentativa de adequação das problemáticas dos países latino-americanos no dado momento, a prática profissional foi seguida da rejeição ao modelo norte-americano, constituindo-se assim o “Movimento de Reconceituação do Serviço Social” onde se buscava um meio para entender a realidade vivida e intervir sobre ela de forma crítica.

É um esforço de mudança dos pressupostos filosóficos, da metodologia e da práxis profissional, em busca de adequação deles às exigências da realidade política, econômica, sócio-cultural dos povos latino-americanos, aos novos aportes das ciências sociais e aos valores que as novas (MARANGONI, 1980, p. 143 apud, OLIVEIRA, 1996, p. 117).

¹⁵ “O sistema do capital constitui as relações sociais fundadas na exploração do trabalho e na reprodução permanente da desigualdade social. É sempre bom lembrar que a exploração do trabalho e as iniciativas para dificultar e mesmo obstaculizar o desenvolvimento do processo de consciência e de construção de um projeto político da classe trabalhadora integra a dinâmica e a lógica da sociedade capitalista e suas estratégias de hegemonia, não sendo, portanto, uma questão contemporânea ou determinada a partir da década de 1970 mediante a crise estrutural do capital. Exploração e desigualdade social também não são problemas/ falhas/ defeitos que possam ser ajustados por dentro da ordem burguesa, pois constituem modos de ser da sociabilidade sob o comando e direção do capital” (SANTOS, 2010, p. 697).

¹⁶ Os problemas sociais que eram frutos da desigualdade social promovida pelo capitalismo, eram visto de acordo com essa linha de pensamento como “meros desajustes sociais do indivíduo” ignorando todo o contexto social e histórico em que ele está inserido, assim direcionava-se a prática profissional do (a) assistente social focando-a na educação e integração do cidadão “à promessa de desenvolvimento e progresso” (SILVA, 2008, p. 99 -100).

É nesse movimento que o Serviço Social buscou uma intervenção pautada em ações que tivessem um embasamento teórico e sistematizado, assumindo uma postura crítica até mesmo em relação às suas ações, assim se laicizou buscando romper com a herança tradicional ligada a igreja, aproximando-se da ideologia Marxista por meio da militância política (NETTO, 1991).

Desde então é continua a luta pela efetivação de direitos e compromisso com a classe trabalhadora em oposição ao projeto capitalista da mercantilização dos direitos, Iamamoto (2009) coloca que os espaços sócios ocupacionais do assistente social em que mais se materializa o seu trabalho é na esfera da seguridade social “nos processos de sua elaboração, gestão, monitoramento e avaliação nos diferentes níveis da federação” (IAMAMOTO, 2009, p. 360), destaca-se ainda sua participação em conselhos de políticas, como o de saúde e assistência.

Nesse cenário é que vai se construindo o projeto profissional do Serviço Social na década de 90, com vista a aprofundar e sistematizar o conhecimento teórico profissional, articulação com demais segmentos que partilham dos mesmos posicionamentos quanto à justiça a equidade social para uma nova ordem societária. No que tange o avanço do ensino é elaborado e aprovado o projeto curricular, especialmente pela Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) que mudou o nome em 1996 para Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS):

[...] em função da defesa dos princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da articulação entre graduação e pós-graduação, aliada à necessidade da explicitação da natureza científica da entidade, bem como a urgência da organicidade da pesquisa no seu interior, hoje por meio dos Grupos Temáticos de Pesquisa e da Revista Temporalis (ABEPSS, 2017).

Em virtude das mudanças mundiais, econômicas e sociais, é que se exige constante aperfeiçoamento do trabalho do (a) assistente social, onde tende pela busca da atualização na forma de lidar com as diversas demandas que surgem no cotidiano profissional. De acordo com Piana (2009, p. 101):

Dessa forma, o exercício da profissão envolve a ação de um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição seus projetos, defender seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais que extrapolem ações rotineiras e decifrem realidades subjacentes, revertendo-as em ações concretas de benefícios à população excluída. Suas ações vão desde a relação direta com a população até o nível do planejamento, tendo inclusive a árdua tarefa de priorizar os que têm e os que não têm direitos de acesso aos serviços e equipamentos sociais.

Nesse sentido o profissional em suas ações conta com o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) que antes desse movimento de reconceituação assumia uma postura

conservadora e atualmente aponta para uma direção de reorganização e avanços, tendo por atribuição:

[...] orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional do/a assistente social no Brasil, em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS). Para além de suas atribuições, contidas na Lei 8.662/1993, a entidade vem promovendo, nos últimos 30 anos ações, políticas para a construção de um projeto de sociedade radicalmente democrático, anticapitalista e em defesa dos interesses da classe trabalhadora. (CFESS, [200-?]).

Respaldado pelo Código de Ética Profissional (1993, p. 23-24) o assistente social tem como dever em qualquer área que atue os seguintes princípios fundamentais:

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; Código de Ética Princípios Fundamentais;
- VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
- IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;
- X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

De acordo com o proposto é visto a atuação profissional compromissada com o protagonismo dos sujeitos sociais, rompendo com a visão tradicionalista e do favor, fortalecendo cada vez mais a busca pela efetivação dos direitos e ainda que inserido na dinâmica capitalista o (a) assistente social tem de ter uma postura crítica, reflexiva e interventiva para que se possa consolidar os objetivos da profissão como descrito em todo o texto do seu código de ética.

4.2 SERVIÇO SOCIAL: ATUAÇÕES SOBRE O FENÔMENO DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

Relacionando a gravidez na adolescência como área temática para intervenção do Serviço Social, a partir da pesquisa realizada a respeito da produção de conhecimento sobre o objeto de enfoque desta monografia, é possível salientar que embora a pouca produção na área, os assuntos abordados são relacionados às variadas expressões da questão social, atuação junto à família, realidade social das mães adolescentes, enfim temas que exigem que a intervenção do (a) assistente social seja pautada em seu código de ética e que tenha como primazia, a defesa dos direitos dos (as) adolescentes que vivenciam este fenômeno.

Nesse sentido, foram selecionadas algumas monografias e artigos científicos que destacaram em seu texto a relação do fenômeno da gravidez na adolescência e a intervenção do (a) assistente social sobre ele. Dessa forma, o quadro a seguir demonstra essa seleção:

Quadro 7- Produções de TCCs e artigos científicos sobre a temática, representando a categoria final de análise: Serviço Social e a Gravidez na Adolescência.

Tipo de Material	Título	Autor	Ano	Categoria final de análise
Monografia	Gravidez na Adolescência e a Estrutura Familiar	Vanúcia Schumacher	2011	Serviço Social e a Gravidez na Adolescência
Monografia	Os significados da gravidez para as adolescentes atendidas no centro de referência do adolescente em Macaé- RJ	Natália Maria Fonseca Araújo	2011	
Monografia	Gravidez na Adolescência: um estudo com as mães puérperas do Instituto de Saúde Elpídio de Almeida (ISEA)	Tâmara de Oliveira Silva	2011	
Monografia	Gravidez na Adolescência: reflexo da falta de orientação? Um debate acerca das informações prestadas	Andressa Dalila Gonzaga	2011	
Monografia	Gravidez na Adolescência: um estudo sobre as jovens mães atendidas no Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago	Fabiula Renilda Bernardo	2012	
Monografia	QUE ELA CRESÇA E APAREÇA! Gênero, corpo, poder e gravidez desejada entre as adolescentes do Colégio Estadual Rômulo Galvão, São Félix – BA (2012-2013).	Jussiana Silva dos Santos Rebouças	2014	
Monografia	Gravidez na Adolescência: um estudo realizado a partir de atendimentos no Centro de Saúde nº 11- da cidade de Ceilândia- DF	Maria Rejane da Silva Sousa	2014	
Artigo	A realidade social de mães adolescentes assistidas pelo Centro de Referência da Assistência Social- CRAS Monteiro Lagarto– SE.	Deise Thainá Costa da Silva e Soane Maria Santos Menezes Trindade Silva	2012	
Artigo	Gravidez na Adolescência e o Serviço Social	Ediléia Paula dos Santos Squizzato	2013	

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da revisão bibliográfica sobre a temática gravidez na adolescência e classificação temática.

Schumacher (2011) considera que é a partir de uma postura crítica, voltada para a realidade do indivíduo que a ação profissional deverá ser materializada, nesse sentido em relação à gravidez na adolescência a atuação também compreenderá como foco a família, pois é “[...] através do trabalho encima da família que se consegue atingir os objetivos de maior alcance, interligando as relações familiares inseridas no contexto social e histórico de cada família em particular” (SCHUMACHER, 2011, p. 34).

Na ocorrência da gravidez na adolescência, Schumacher (2011) salienta alguns motivos que poderão ser considerados, tais como: a falta de responsabilidade dos (as) adolescentes, seguida da falta de prevenção e da orientação inadequada. Dessa forma, o profissional de Serviço Social poderá agir frente a essa expressão da questão social, por meio da elaboração e execução de projetos que possam atender as necessidades de orientação dos (das) adolescentes, educação sexual e estímulo ao diálogo com a família “[...] onde o foco é a motivação dos adolescentes frente à realidade da gravidez, a importância da continuidade da vida social, familiar, dos estudos e dos planos para o futuro, bem como do bem estar durante a gestação e do bebê” (SCHUMACHER, 2011, p 39). Destaca-se ainda que os (a) assistentes sociais inseridos (as) em diversas áreas tais como: saúde, educação e assistência, contribuem com seus conhecimentos visando à preservação dos direitos dos (as) adolescentes e de suas famílias.

Araújo (2011), por sua vez também destaca o papel do (da) assistente social no planejamento de programas e projetos que tenham por objetivo intervir nas questões sobre a sexualidade, mas essas ações devem garantir a autonomia dos (as) adolescentes no uso desta. É necessário destacar também que a autora traz ao debate a problemática da precarização dos locais de trabalho, bem como a atenção dada por parte do Estado para as políticas públicas, que mais serve para o controle social do que para legitimar direitos.

Diante dessa realidade, os profissionais precisam ter em mente que é por meio da coletividade, debate e participação da sociedade civil que será possível o fortalecimento da luta por direitos e responsabilização do poder público.

Silva (2011) relata outras atividades desempenhadas pelo assistente social, destacando as atribuições deste em um hospital escolhido para subsidiar sua pesquisa, o Instituto de Saúde Elpídio de Almeida (ISEA), localizado em Campina Grande, Paraíba, onde é colocado que “as práticas desenvolvidas por esses profissionais são ações sócio-assistenciais, de instruções educativas sobre a saúde encaminhamentos e preenchimento de fichas cadastrais de dados sócio-econômico dos usuários, dentre outros” (SILVA, 2011, p. 15).

São também relatadas atividades de caráter emergencial como agilização de leitos para internação e transporte para os pacientes que recebem alta, e atividades em projetos desenvolvidos no hospital que tem por base palestras, instruções sobre inserção em programas sociais, encaminhamentos, esclarecimento de dúvidas e orientação no preenchimento de fichas.

Destacando o cenário econômico brasileiro pautado no modo de produção capitalista que se constrói a partir da exploração do trabalho, dominação dos sujeitos e desigualdades sociais é que Gonzaga (2011) denota realização da intervenção do trabalho do (a) assistente social. O (a) profissional é chamado (a) a intervir nas expressões da questão social, onde famílias em vulnerabilidade não conseguem o devido acesso aos serviços ditos de direito do cidadão, como: saúde, educação e habitação. Nesse sentido, é posto que diante da gravidez na adolescência o profissional de Serviço Social deverá pensar políticas públicas que possam contemplar todas essas realidades.

Além de ter que desenvolver a capacidade de decifrar a realidade, construindo intervenções criativas para efetivar direitos, de modo que seja propositivo e não somente executivo. Mas, para que isso aconteça, e até mesmo o mercado de trabalho demanda isto, o profissional de Serviço Social, além de executor precisa trabalhar na formulação e gestão de políticas públicas e sociais (GONZAGA, 2011, p. 36-37).

Vale salientar que ao desenvolver suas atividades seja direcionada aos adolescentes ou outros usuários como idosos e crianças, os (as) assistentes sociais deverão atentar-se para o compromisso com o projeto ético político profissional, buscando sempre atualização para conseguir apreender a realidade dos (as) adolescentes que vivenciam a gravidez. Nesse sentido, Gonzaga (2011) informa sobre algumas atividades desempenhadas pelos assistentes sociais no local escolhido para sua pesquisa o Núcleo Formação e Trabalho (NUFT), no qual o objetivo é centrado “na melhoria contínua, no atendimento de qualidade, na formação dos adolescentes, na defesa dos direitos sociais, no exercício da cidadania, no desenvolvimento do ser humano, e a consolidação da democracia, pautando-se no Código de Ética do Profissional de Serviço Social e na Lei de Regulamentação da Profissão” (GONZAGA, 2011, p. 40). Em suma, ação é desenvolvida na garantia dos direitos das adolescentes, bem como a socialização de informações e possibilidades de inserção no mercado de trabalho de forma a respeitar as leis regem sobre tal.

Discorrendo sobre a atuação profissional do assistente social também na área da saúde, Bernardo (2012) expõe que as atividades se situam junto a outros profissionais atuantes na maternidade do Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago, o que nos mostra a

relação interdisciplinar do trabalho desenvolvido. Outras atividades são realizadas nessa área de atuação, como o conhecimento da realidade do sujeito foco do atendimento, que no caso são as adolescentes gestantes, realizando esse exercício o assistente social poderá ter como agir sobre o fenômeno, compreenderá como será realizada sua intervenção e qual será o seu objetivo, desse modo, “[...] o Serviço Social realiza, prioritariamente, o atendimento a puérperas adolescentes, gestantes de alto risco e puérperas que apresentam indicadores que sugerem vulnerabilidade social” (BERNARDO, 2012, p. 33).

Rebouças (2014) baseando-se nas considerações de Yamamoto (2009) evidencia que para que os (as) assistentes sociais possam ter condições materiais de agirem sobre o fenômeno da gravidez na adolescência, visto como expressão da questão social é preciso que eles (as) possam perceber e refletir sobre as múltiplas causas e determinantes de uma sociedade contraditória onde a sua dinâmica envolve principalmente situações de desigualdades sociais. Nesse sentido, é necessário que se problematize questões de gênero, autonomia sexual ou até mesmo a gravidez como fuga da submissão feminina. “Em outras palavras, não se pode pensar em estudos voltados para o Serviço Social, desligados dos conceitos de poder, nas mais diversas esferas da vida em sociedade” (REBOUÇAS, 2014, p. 70). Portanto, cabe ao assistente social “[...] através da sua profissão, contribuir para promoção da cidadania organizada e potencializar um novo modelo societário, que configure todo processo histórico da profissão e consolide um projeto de bem-estar social” (REBOUÇAS, 2014, p. 73).

Nesse seguimento, Sousa (2014) também coloca que é dever do Estado, sociedade, famílias, escolas, profissionais da saúde e assistentes sociais promoverem o direito dos (as) adolescentes de forma a orientá-los (as), desenvolvendo ações que tenham o direcionamento dedicado principalmente a educação sobre questões da sexualidade e a inserção dos sujeitos que estejam em vulnerabilidade social nos serviços que são prestados, alcançando a partir da constante reavaliação dessas intervenções “[...] uma alternativa para amenizar o fenômeno e os prejuízos de uma gravidez precoce, sem planejamento traz para o jovem, família e sociedade” (SOUSA, 2014, p 27).

Silva e Silva (2012) por sua vez, apontam para o trabalho do Serviço Social no âmbito da assistência social, desenvolvido especificamente em um Centro de Referência da Assistência Social- CRAS, frisando a sua importância quanto à atuação voltada para o atendimento das famílias. “Desta forma destaca-se a valorização da família nas políticas sociais para que venha acontecer uma maior inclusão social destas” (SILVA; SILVA, 2012, p 18). No que tange à gravidez adolescente e atuação do assistente social em um CRAS, é

possível visualizar que várias são as iniciativas que visam compreender e abranger o atendimento na perspectiva de considerar a realidade social das mães adolescentes e dos sujeitos que integram a sua vida, como é o caso da família, salientando a importância do trabalho no tocante a prevenção, pois segundo Silva e Silva (2012, p. 19) no CRAS de Monteiro Lagarto em Sergipe, local onde realizaram sua pesquisa e entrevistas com mães adolescentes, “[...] as ações e projetos existentes voltam-se para as adolescentes que já estão grávidas”. Nesse sentido as autoras expõem algumas atividades que são desenvolvidas pelos (as) assistentes sociais no local:

[...] acolhimento; acompanhamento de famílias; visitas domiciliares; encaminhamento dos usuários aos programas, projetos e serviços existentes no município; orientação e encaminhamentos de pessoas portadoras de deficiência e idosos ao BPC- Benefício de Prestação continuada; reuniões comunitárias; palestras e oficinas sócio-educativas; encaminhamento as famílias beneficiárias do PETI- Programas de Erradicação do Trabalho Infantil, Bolsa Família e Projovem; ações coletivas e comunitárias no território; promoção de cursos de geração de trabalho e renda; articulação com profissionais de outras políticas públicas; busca pró-ativa, etc. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2009 apud SILVA; SILVA, 2012, p. 13).

Portanto, ainda que existam obstáculos evidenciados pelas autoras em seu artigo, como a falta de recursos, limitação da autonomia do profissional e espaço físico inadequado para realização das ações, é necessário que os (as) profissionais de Serviço Social desenvolvam seu trabalho com qualidade, tendo em vista o rompimento com a ideia do favor, promovendo a autonomia dos sujeitos e conscientização de seus direitos.

Squizatto (2013) destaca que a condição do acesso às políticas públicas será um fator importante quando considerar a forma que a gravidez na adolescência será encarada, podendo esta ser relacionada não apenas como consequência ruim derivada da não utilização dos métodos contraceptivos ou mesmo pela falta de informação, mas sim como uma projeção de vida envolvendo o sonho de ser mãe, portanto, a ação profissional deverá ter como objetivo considerar todas as determinações que decorrem do fenômeno da gravidez na adolescência.

Dessa forma, a atenção do (a) assistente social na saúde, área destacada pela autora, exige que a atuação seja dedicada tanto na prevenção da gravidez na adolescência, quanto nos cuidados durante a gestação, sendo que “a continuidade dos estudos, os estigmas sofridos pelos adolescentes por sua família e pela sociedade, a relação com o pai da criança são questões a serem consideradas na intervenção do serviço social na gravidez na adolescência” (SQUIZATTO, 2013, p. 20) enfatiza-se ainda que o fenômeno se mostra tão complexo ao abranger tantos aspectos da vida dos (as) adolescentes que essa intervenção não poderia ser realizada sem que outros profissionais pudessem contribuir com seus conhecimentos e sem

que houvesse a articulação com as políticas públicas para o enfrentamento dessa manifestação da questão social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gravidez na adolescência ainda é representada notoriamente por suas consequências negativas, entretanto, diante das mais variadas informações obtidas por meio do estudo da exploração bibliográfica sobre a temática, e que aqui foram explanadas, se faz necessário propor que a abordagem sobre o fenômeno ultrapasse a ideia de problema de saúde pública.

Entende-se que a essência do acontecimento vai além das determinações utilizadas por alguns autores, não é possível declarar que a gravidez sempre é indesejada ou que ela possa representar a ruína de um futuro promissor. É preciso que se compreenda o fenômeno em sua totalidade, fazendo uma profunda análise especialmente, em como ele é visto pelo (a) adolescente que o vivencia, considerar suas expectativas e dúvidas sobre a sexualidade e as suas projeções futuras diante do ocorrido. Realizar esse exercício de valorização dos (as) adolescentes, da escuta de suas necessidades e garantia de seus direitos, é considerar todos os aspectos subjetivos que possivelmente não serão representados por estatísticas.

Dessa forma, foi também possível apreender que mesmo diante de uma sociedade dinâmica, influenciada em sua constituição pelo modelo econômico capitalista que torna as relações sociais cada vez mais desvalorizadas, é visto o destaque para o importante papel de proteção e rede de apoio exercido pelas famílias dos (as) adolescentes que vivenciam a gravidez. À família é reservado o lugar de cuidado que os indivíduos necessitam, à ela é também designada a função de realizar a conexão dos (as) adolescentes com o mundo, prepará-los para a vida em sociedade. Entretanto, a troca de aprendizados e o compartilhamento de ideias não são homogêneos e no que tange a gravidez ocorrida na adolescência, a forma com que os membros dessa família irão agir diante do fenômeno, também não é, o que nos remete a ideia de que mesmo que a gravidez seja vista de forma positiva por diversos arranjos familiares, ela ainda causa espanto, medo, decepção e dúvidas.

Nesse sentido, não é possível desconsiderar a importância da comunicação entre aos familiares e os (a) adolescentes, relatada em vários momentos nas análises de conteúdo, onde a falta dela não será tratada aqui como causalidade para o advento da gravidez na adolescência, porém, compartilha-se da ideia de que um diálogo franco, reflexivo e crítico, entre pais e filhos, por exemplo, poderá evitar situações que coloquem os (as) adolescentes em riscos por falta de orientação, como é caso da prática da relação sexual sem a utilização de métodos contraceptivos e de proteção contra as DSTs, como mencionado no decorrer deste estudo.

Em vista disso, a gravidez ocorrida na adolescência e indesejada, poderá ser uma dessas consequências, entretanto, destaca-se que o debate sobre a sexualidade, prevenção de DSTs, gravidez precoce e direitos sexuais e reprodutivos dos (as) adolescentes, não é uma tarefa que deva ser desempenhada apenas pela família, exigindo-se que as ações educativas em meio escolar e políticas públicas que atendam as necessidades desses sujeitos, sejam de fato efetivas, ações essas que se mostraram insuficientes de acordo diversos relatos de entrevistas realizadas pelos (as) autores analisados.

Nesse viés, se faz a crítica ao Estado, pois é urgente o chamado às suas responsabilidades, percebe-se que ainda é mínima a atenção governamental no oferecimento de políticas de qualidade e que sejam pautadas no direito universal de acesso. Ao considerar que a gravidez vivenciada precocemente se mostra como uma expressão da questão social é preciso compreender o motivo para tal determinação, dessa forma é visto que quando o fenômeno ocorre em camadas sociais diferenciadas ele é percebido e tratado também de forma específica.

Nesse sentido, foi mostrado no decorrer desta monografia, que adolescentes em situação de vulnerabilidade social quando vivenciam a maternidade ou paternidade precocemente, essa já recebe o status de problema por fatores socioeconômicos, assim sendo, são atribuídas ao ocorrido as consequências sociais, como: o abandono dos estudos, dificuldades de entrar no mercado de trabalho, baixa escolaridade daquelas que engravidam situações econômicas familiares agravadas, portanto, a gravidez vivenciada especificamente em situações de pobreza, presume-se que seja indesejada e carregada de aspectos negativos. Porém, novamente é desconstruída essa determinação, pois evidenciando mais uma vez que o fenômeno é social, as suas características irão depender muito do contexto social no qual se insere a adolescente grávida ou o adolescente que será pai. As famílias, como dito anteriormente, poderão realizar o papel de rede de proteção que também deveria ser desempenhado pelo Estado, mas este se mostra pouco atento para questões sociais, e de apoio aos adolescentes que estejam nesta situação.

Dessa forma, se valoriza todo o esforço realizado pelas organizações familiares, mas não se desconsidera que o Estado pouco intervém para evitar as ditas “consequências sociais” resultantes do acontecimento de uma gravidez na adolescência em camadas vulneráveis da sociedade, sendo que é diante dessa realidade que também se destaca a importância da intervenção do (a) assistente social, profissional capacitado (a) em não apenas executar políticas, mas também com devida formação para formulá-las, atendendo as principais questões que permeiam o fenômeno.

O (a) profissional de Serviço Social deverá intervir a partir do conhecimento da realidade vivida pelos (as) adolescentes, deverá também agregar as discussões que os (as) destacam como protagonistas, para que futuramente trajetórias de adolescentes que desejaram sua gravidez, sentem orgulho de serem mães ou pais, não tiveram problemas de saúde e não abandonaram seus estudos, não sejam vistas como improváveis.

É nesse sentido que o presente estudo visa sua contribuição, é a partir da evolução da produção na área de conhecimento do Serviço Social é que de fato se observará que nós enquanto assistentes sociais, estaremos nos conectando com a realidade social, visto que a gravidez na adolescência não é um fenômeno novo, não é algo que é vivido apenas por adolescentes em situação de vulnerabilidade, tão pouco se resume aos problemas de cunho fisiológico, portanto, a crítica se estabelece devido ao excessivo esforço para conseguir material empírico suficiente para tornar possível o presente estudo, dessa forma foram encontradas, em um período de cinco anos entre 2011-2015, doze monografias e cinco artigos científicos que somados serviram de análise bibliográfica desta produção.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS. **História**. 2017. Disponível em: < <http://www.abepss.org.br/historia-7>>. Acesso em: 1 de Fevereiro de 2017.
- ALMEIDA, Ana Mattos, B. **Primeira Infância e Gravidez na Adolescência**. Disponível em: Primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2015/01/CartilhaGravidez-Adol-Final-HD.pdf. Acesso em 21 de Junho de 2016.
- ANDRADE, P.R; RIBEIRO, C.A; SILVA, C.V. **Mãe adolescente vivenciando o cuidado do filho: um modelo teórico**. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, v.59, n.1, p. 30-35, Jan./Fev. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672006000100006>. Acesso em: 21 de Junho de 2016.
- ARAÚJO, N. M. F. **Os significados da gravidez para as adolescentes atendidas no Centro de Referência do Adolescente em Macaé- RJ**. 2011. 79f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal Fluminense, Rio das Ostras, 2011. Disponível em: <<http://www.puro.uff.br/tcc/2011-1/NATALIA%20MARIA%20FONSECA%20ARAUJO.pdf>>. Acesso em: 23 de Setembro de 2016.
- BARBOSA. L. N. **E agora grávida? Percepções Familiares sobre Gravidez na Adolescência: uma análise realizada com familiares de adolescentes grávidas do Distrito de Missi - Irauçuba –CE**. 2013. 97f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Faculdade Cearense, Fortaleza, 2013. Disponível em: <<http://www.faculdescearenses.edu.br/biblioteca/TCC/CSS/E%20AGORA%20GRAVIDA%20PERCEPCOES%20FAMILIARES%20SOBRE%20GRAVIDEZ%20NA%20ADOLESCENCIA.pdf>>. Acesso em: 23 de Setembro de 2016.
- BECKER, Daniel. (1985) **O que é adolescência**. Coleção Primeiros Passos. 13 ed. SP: Brasiliense, 2003.
- BERNARDO. F. R. **Gravidez na Adolescência: um estudo sobre as jovens mães atendidas no Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago**. 2012. 69f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/103465/tcc%20%20FABIULA%20RENILDA%20BERNARDO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 23 de Setembro de 2016.
- BOCK, A. M. B. **A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores - Adolescência como uma construção social**. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE). Vol.11 Num.1 Janeiro/Junho, 63-76. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v11n1/v11n1a07>>. Acesso em: 26 de Junho de 2016.
- BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. de. **Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia**. 13. Ed. São Paulo, Saraiva, 1999.
- BRASIL, Lei 8662/93. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília, DF: CFESS, 1993.

BRASIL, Ministério da Saúde - Secretaria de Vigilância em Saúde - Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. **Boletim Epidemiológico - Aids e DST**. 2015. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos/publicacao/2015/58534/boletim_aids_11_2015_web_pdf_19105.pdf>. Acesso em: 30 de Junho de 2016.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. **Marco legal: saúde, um direito de adolescentes**. Brasília (DF); 2005. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000014276.pdf>>. Acesso em 21 de Junho de 2016.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata [recurso eletrônico]. – 9. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. 207 p. – (Série legislação; n. 83). Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/camara/estatuto_crianca_adolescente_9ed.pdf>. Acesso em 24 de Outubro de 2016.

BRASIL. Lei nº. 6.202, de 17 de Abril de 1975. **Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6202.htm>. Acesso em: 3 de Julho de 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS)** [online]. Brasília [s.d.]. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinasc/cnv/nvuf.def>>. Acesso em 3 de Julho de 2016.

BRUNO, Z. V. **Abortamento na Adolescência**. In: MONTEIRO, D. L. M; TRAJANO, A. J. B; BASTOS, A. C. da. Gravidez e Adolescência. Rio de Janeiro: Revinter, 2009. P. 118-122.

CFESS. **O CFESS**. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/o-cfess>>. Acesso em: 1 de Fevereiro de 2017.

DINIZ, D. MEDEIROS, M. **Itinerários e métodos do aborto ilegal em cinco capitais brasileiras**. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2012, vol.17, n.7, pp.1671-1681. ISSN 1413-8123. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000700002>. Acesso em: 4 de Setembro de 2016.

EISENSTEIN, E. **Adolescência: definições, conceitos e critérios**. *Adolesc Saude*. 2005; 2 (2):6-7.

EISENSTEIN, E. et al. **Binômio Mãe-Filho – Prevenção e Educação em Saúde**. In: MONTEIRO, D. L. M; TRAJANO, A. J. B; BASTOS, A. C. da. Gravidez e Adolescência. Rio de Janeiro: Revinter, 2009. P. 39- 49.

ERIKSON, E. H. **Identidade, juventude e crise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1976.

GONÇALVES, R. C.; FALEIRO, J. H.; MALAFAIA, G. **Educação Sexual no Contexto Familiar e Escolar: Impasses e Desafios**. *HOLOS*, Rio Grande Norte, v. 5, out. 2013. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/784/741>>. Acesso em: 3 de Julho de 2016.

GONZAGA, A. D. **Gravidez na adolescência: reflexo da falta de orientação? Um debate acerca das informações prestadas**. 2011. 88 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC. 2011.

Disponível em: < <http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial303738.pdf> >. Acesso em: 23 de Setembro de 2016.

HEILBORN, M. L. et al. **Gravidez e Maternidade na Adolescência – Novas Biografias Reprodutivas**. In: MONTEIRO, D. L. M; TRAJANO, A. J. B; BASTOS, A. C. da. Gravidez e Adolescência. Rio de Janeiro: Revinter, 2009. P. 21-25.

IAMAMOTO, M. V. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social**. In: SERVIÇO SOCIAL: direitos sociais e competências profissionais.- Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de Capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 2006.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Projeções e estimativas da população do Brasil e das Unidades da Federação**

<http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>. > Acesso em: 26 de Junho de 2016.

JÚNIOR, E. J. B. **Gravidez e Maternidade na Adolescência: relatos das adolescentes atendidas no CEABM**. 2014. 64f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Faculdade Cearense, Fortaleza, 2014. Disponível em: < <http://www.faculdadescearenses.edu.br/biblioteca/TCC/CSS/GRAVIDEZ%20E%20MATERNIDADE%20NA%20ADOLESCENCIA%20RELATOS%20DAS%20ADOLESCENTES%20ATENDIDAS%20NO%20CEABM.pdf> >. Acesso em: 23 de Setembro de 2016.

KLAJNER, H. **Auto-estimulação e adolescentes**. Marco Zero ed, São Paulo, 2005, 311p.

KLOSTER, M. **Sobre a gravidez na adolescência: Conselho de comunidade**. 2012. Disponível em: <<http://profmarcelokloster.blogspot.com.br/2012/12/sobre-gravidez-na-adolescencia.html>>. Acesso em: 1 de Dezembro de 2016.

KRUCZEVESKI, L. R.; MARIANO, S. A. **Família nuclear patriarcal: breves notas sobre a (re) construção da teoria social e os estudos feministas**. In: Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas, 2014. Disponível em:

<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT10_Lais%20Regina%20Kruczeveski%20e%20Silvana%20Mariano.pdf>. Acesso em: 25 de Outubro de 2016.

LESSA, S. **O processo de produção/ reprodução social: trabalho e sociabilidade**. In: capacitação em Serviço Social e Política Social. CFESS-ABEPS-CEAD-UNB. Módulo 02, 1999.

LIMA, E. T. T. de. **Gravidez e Maternidade na Adolescência: um estudo com adolescentes Grávidas no Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF) de Queimadas – PB**. 2012. 32f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2012. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1812/1/PDF%20%20Eurist%C3%A2nia%20Trajano%20Te%C3%B3filo%20de%20Lima.pdf>>. Acesso em: 23 de Setembro de 2016.

MAGALHÃES, M. L. C. de. **A Adolescência e a Gravidez**. In: MONTEIRO, D. L. M; TRAJANO, A. J. B; BASTOS, A. C. da. Gravidez e Adolescência. Rio de Janeiro: Revinter, 2009. P. 16-19.

- MENEZES, D. C. S. **Gravidez na Adolescência e Diabetes**. In: MONTEIRO, D. L. M.; TRAJANO, A. J. B.; BASTOS, A. C. da. *Gravidez e Adolescência*. Rio de Janeiro: Revinter, 2009. P. 196-198.
- MINAYO, M. C. S. de. **O desafio da pesquisa social**. In: DESLANDES, S. F. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 28. ed. - Petrópolis-RJ: Vozes, 2009. P. 9-29.
- MONTEIRO, R. L. M.; MONTEIRO, D. L. M. **A mídia na informação sobre saúde sexual**. *Adolesc Saude*. 2005; 2(1):17-28.
- MORAIS, G. F.; FERREIRA, M. V. **Gravidez na Adolescência: a relação entre Maternidade e Paternidade frente à questão**. 2011. 23 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, Vitória, 2011. Disponível em: <<http://www.catolica-es.edu.br/fotos/files/GRAVIDEZ%20NA%20ADOLESCENCIA%20-%20A%20RELACAO%20ENTRE%20MATERNIDADE%20E%20PATERNIDADE%20FRENTE%20A%20QUESTAO.pdf>>. Acesso em: 23 de Setembro de 2016.
- MOREIRA, T. M. M.; VIANA, D.S, de.; QUEIROZ, M. V. O.; JORGE, M. S. B. **Conflitos vivenciados pelas adolescentes com a descoberta da gravidez**. *Rev. esc. enferm. USP* [online]. 2008, vol.42, n.2, pp.312-320. ISSN 0080-6234. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0080-62342008000200015>>. Acesso em: 23 de Junho de 2016.
- NETO, J. A.; ANDALAFT, C. C. M. **Gravidez na Adolescência- Fatores de Risco**. In: MONTEIRO, D. L. M.; TRAJANO, A. J. B.; BASTOS, A. C. da. *Gravidez e Adolescência*. Rio de Janeiro: Revinter, 2009. P. 50-58.
- NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo, *Economia Política: Uma Introdução Crítica*. São Paulo: Cortez Editora, 2006.
- OLIVEIRA, H. M. J. **O Serviço Social no Brasil e sua posição frente à assistência social**. In: *Assistência Social: do discurso do Estado à prática do serviço social*. 2. Ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 1996.
- OLIVEIRA, J. M. et al. **Gravidez na adolescência: realidade e repercussões sobre atividade sexual**. Pombal-PB, v.9, n 2, p 16-22, Jun –Dez , 2015.
- OLIVEIRA, M. W. **Gravidez na adolescência: Dimensões do problema**. *Cadernos da CEDES*, 19(45), 48-70. jul, 1998.
- OLIVEIRA, N. H. D. **Recomeçar: família, filhos e desafios** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 236 p. ISBN 978-85-7983-036-5. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/965tk/pdf/oliveira-9788579830365.pdf>>. Acesso em: 25 de Outubro de 2016.
- PAIVA, J. L. **A construção histórica da adolescência e a sua abordagem jurídica no Brasil**. *Revista Eletrônica Jurídica*, v. 1, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://www.faceca.br/revista/index.php/revisdireito/article/viewFile/158/77>>. Acesso em: 23 de Junho de 2016.
- PAPALIA. E. D.; FELDMAN. R.D. **Desenvolvimento Humano**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH. 2013.

PEREIRA, L. C. B. **Economista ou sociólogo do desenvolvimento**. In: NAKANO, Y; REGO, J, M; FURQUIM, L. Em Busca do Novo: O Brasil e o Desenvolvimento na Obra de Bresser-Pereira. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 509-576.

PIANA, MC. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Available from SciELO Books.

POLI, M. E. H. **Maternidade e Paternidade Responsáveis na Adolescência**. In: MONTEIRO, D. L. M; TRAJANO, A. J. B; BASTOS, A. C. da. Gravidez e Adolescência. Rio de Janeiro: Revinter, 2009. P. 35-37.

REBOUÇAS. J. S. S. dos. **Que ela cresça e apareça! Gênero, corpo, poder e gravidez desejada entre as adolescentes do Colégio Estadual Rômulo Galvão, São Félix – BA (2012-2013)**. 2014. 105f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2014. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/22565283-Universidade-federal-do-reconcavo-da-bahia-centro-de-artes-humanidades-e-letras-cahl-colegiado-de-servico-social.html>>. Acessível em: 23 de Setembro de 2016.

RIOS, K. S. A.; WILLIAMS, L. C. A.; AIELLO, A. L. R. **Gravidez na adolescência e impactos no desenvolvimento infantil**. Adolesc Saude. 2007; 4(1): 6-11

SAFFIOTI, H, I. B. **Já se mete a colher em briga de marido e mulher**. São Paulo Perspectiva, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 82-91, outubro/dezembro, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v13n4/v13n4a08.pdf>. Acesso em: 18 de Junho de 2016.

SANT'ANA, M. J. C; COATES, V. **Gravidez na Adolescência: um novo olhar**. In:_____ Manual de atenção à saúde do adolescente./ Secretaria da Saúde. Coordenação de Desenvolvimento de Programas e Políticas de Saúde- CODEPPS. São Paulo: SMS, 2006. 328p. Disponível em: <http://www.tele.medicina.ufg.br/files/palestras-material/Manual_do_Adolescente.pdf>. Acesso em: 22 de Junho de 2016.

SANTOS, A. C. C. **Formação de Professoras (es) em Gênero e Sexualidades: Novos Saberes, Novos Olhares** . Fazendo Gênero 9. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. 23 a 26 de Agosto de 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278296972_ARQUIVO_textofazendo_genero.pdf>. Acesso em: em 3 de Julho de 2016.

SANTOS, M. M. S. dos. **O CFESS na defesa das condições de trabalho e do projeto ético-político profissional**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 104, p. 695-714, out./dez. 2010.

SANTOS. M. A. dos. **Gravidez na Adolescência: o caso de adolescente no centro de saúde da família Anastácio Magalhães – CE**. 2013. 79f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Faculdade Cearense, Fortaleza, 2013. Disponível em: <<http://www.faculdadescearenses.edu.br/biblioteca/TCC/CSS/GRAVIDEZ%20NA%20ADOLESCENCIA%20O%20CASO%20DE%20ADOLESCENTES%20NO%20CENTRO%20DE%20SAUDE%20DA%20FAMILIA%20ANASTACIO%20MAGALHAES%20CE.pdf>>. Acesso em: 23 de Setembro de 2016.

SCHUMACHER, V. **Gravidez na Adolescência e a Estrutura Familiar**. 2011. 52f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Norte do Paraná, Pelotas, 2011. Disponível em: <<http://docslide.com.br/documents/tcc-gravidez-na-adolescencia-estrutura-familiar.html>>. Acessível em: 23 de Setembro de 2016.

- SIGNIFICADOS, **Significado de Adolescência**. 2011-2016. Disponível em: <<http://www.significados.com.br/adolescencia/>>. Acesso em 20 de Junho de 2016.
- SILVA, J. M. O. de; LOPES, R. L. M.; DINIZ, N. M. F. **Vivência do Parto na Adolescência**. Maceió: Edufal. 2008.
- SILVA, M. F. da. **Questão Social e Serviço Social no Brasil: Fundamentos Sóciohistóricos**. 2. ed. Cuiabá, 2008.
- SILVA, M. S.; SILVA, M. R. da.; ALVES, M. de F. P. **Sexualidade e adolescência: é preciso vencer os tabus**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2.-12 a 15 de setembro de 2004, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/congrent/Educa/Educa169.pdf>>. Acesso em: 20 de junho de 2016.
- SILVA, Maria Lucia Lopes da. **(Des) estruturação do trabalho e condições para universalização da Previdência Social no Brasil**. 2011. 359f., il. Tese (Doutorado em Política Social)-Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- SILVA. D. T. C. da; SILVA. S. M. S. M. T. **A realidade social de mães adolescentes assistidas pelo Centro de Referência da Assistência Social- CRAS Monteiro Lagarto–SE**. Revista Eletrônica da Faculdade José Augusto Vieira. Ano5, n. 7, Set./2012. Disponível em: <http://fjav.com.br/revista/Downloads/edicao07/A_Realidade_Social_de_Maes_Adolescentes_Assistidas_pelo_Centrode_Referencia_da_Assistencia_Social.pdf>. Acesso em: 16 de Maio de 2016.
- SILVA. T. O. de. **Gravidez na Adolescência: um estudo com as mães puérperas do Instituto de Saúde Elpídio de Almeida (ISEA)**. 2011. 26f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2011. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1816/1/PDF%20-%20T%C3%A2mara%20de%20Oliveira%20Silva.pdf>>. Acesso em: 23 de Setembro de 2016.
- SOUSA. M. R. S. da. **Gravidez na Adolescência: um estudo realizado a partir de atendimentos no Centro de Saúde nº 11- da cidade de Ceilândia- DF**. 2014. 32f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Católica de Brasília, 2014. Disponível em:<<http://repositorio.ucb.br/jspui/bitstream/10869/4838/1/Maria%20Rejane%20da%20Silva%20Sousa.pdf>>. Acesso em: 23 de Setembro de 2016.
- SOUZA, A. V. do Nascimento. **Política social de prevenção à gravidez na adolescência: uma questão de saúde pública**. 2007. 142 f. il. Dissertação (Mestrado em Política Social)— Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- SQUIZZATTO, E. P. S; HERCULANO, L. R. F. **Gravidez na adolescência e o Serviço Social**. In: Revista Saber Acadêmico, [s. v], n. 16, 2013. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/16548606-Revista-saber-academico-n-16-issn-1980-5950-squizzato-e-p-s-herculano-l-r-f-2013-gravidez-na-adolescencia-e-o-servico-social.html>>. Acesso em: 5 de Maio de 2016.
- TABORDA, J. A; SILVA, F. C. da; ULBRICHT, L.; NEVES, E. B. **Consequências da gravidez na adolescência para as meninas considerando-se as diferenças socioeconômicas entre elas**. *Cad. saúde colet.* [online]. 2014, vol.22, n.1, p.16-24. ISSN 1414-462X. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/1414-462X201400010004>. Acesso em: 22 de Junho de 2016.

TORRES. R. R. S. de; SANTOS. A. C. B. dos. **Gravidez na adolescência: uma consequência social.** Pombal – PB, v. 5, n. 1, p. 69-74, Jan-Mar., 2015.

UNICEF- **Vivências e relatos sobre a gravidez em adolescentes: Uma aproximação aos fatores culturais, sociais e emocionais a partir de um estudo em seis países da região/ relatório final**, 2015. Disponível em: <http://www.unicef.org/lac/UNICEF_PLAN_gravidez_em_adolescentes_2015.PDF>. Acesso em: 3 de Julho de 2016.

UNICEF. **Situação mundial da infância 2011: Adolescência: uma fase de oportunidades. 2011.** Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/br_sowcr11web.pdf>. Acesso em: Junho de 2016.

VILLELA, W. V.; DORETO, D. T. **Sobre a experiência sexual dos jovens.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 22(11): 2467-2472, nov, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v22n11/21.pdf>>. Acesso em 21 de Junho de 2016.